INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 14 - Nº 1 - 15 DE SETEMBRO DE 1994 - R$ 5,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



CAMINHOS DIFÍCEIS
Análise do pacote agrícola

EXCLUSIVO: Entrevista com Robert Thompson
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS AGRÍCOLAS

ÍNDICE FGV-Abag

PREÇOS AGRÍCOLAS
Séries atualizadas

Fundação Getulio Vargas 1944-1994 50

SISTEMA DE AUDITORIA FISCAL

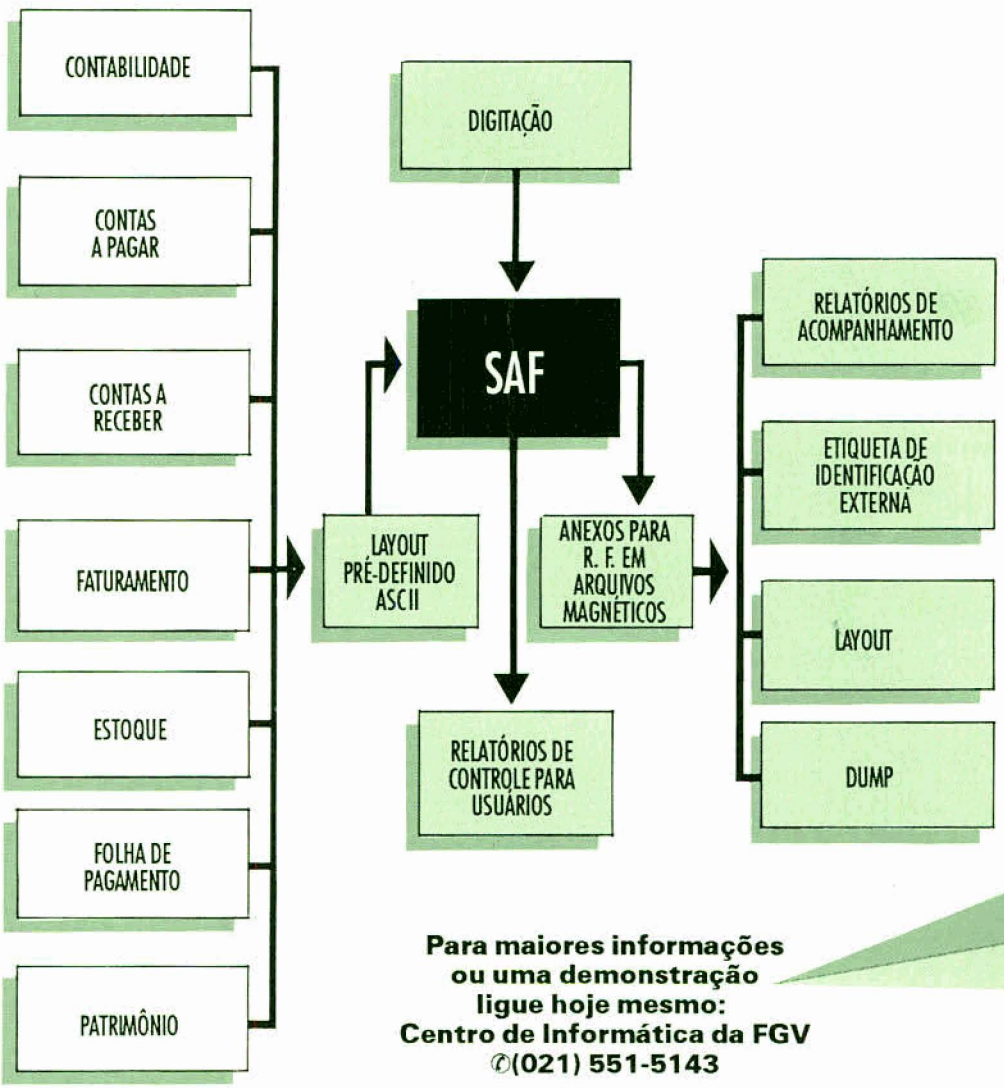
MASTER-SAF

Desenvolvido pelo Centro de Informática da FGV em parceria com a SPP - Sistemas e Programas Personalizados, para ambientes SCO-UNIX, XENIX, MSDOS, IBM-AIX e HP-UX, entre outros.

❖ Atende plenamente a Instrução Normativa 65/93 da Receita Federal, gerando todos os arquivos magnéticos exigidos, a partir de dados de qualquer sistema.

❖ Composto de aproximadamente 70 programas, é multiempresa, multifilial e multiusuário.

❖ Configuração dinâmica de cores e *help-on-line*.

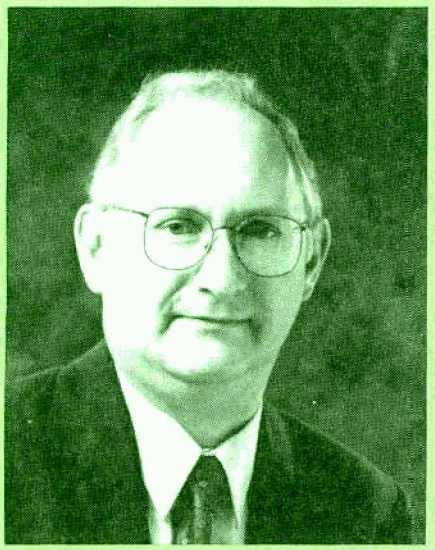


Para maiores informações ou uma demonstração ligue hoje mesmo:
Centro de Informática da FGV
✆(021) 551-5143

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

SPP SISTEMAS

Como ficam os mercados de commodities nos próximos anos?



Robert Lee Thompson

Robert Lee Thompson integrou o Conselho de Assessores Econômicos do presidente Reagan, sendo mais tarde nomeado vice-ministro da Agricultura, com a incumbência de negociar com o Congresso e os produtores as leis agrícolas. Atualmente, dirige o Winrock Institute, que promove pesquisas e difunde tecnologia em 40 países. O professor Thompson toma posse, em setembro, em Zimbábue, no cargo de presidente da Associação Internacional de Economistas Agrícolas. É um expert *em comércio internacional de produtos agropecuários. Convidado pelo Centro de Estudos Agrícolas da FGV, o professor Thompson proferiu palestra e concedeu a seguinte entrevista a Agroanalysis:*

■ *Diz-se que o acordo do Gatt não trará mudança no comércio mundial de produtos agrícolas. Em sua opinião, quais os principais efeitos e as principais conseqüências da Rodada Uruguai?*

— As principais conseqüências do Gatt virão no longo prazo. Discordo daqueles que não acreditam nas mudanças operadas no Gatt. Penso que vão haver efeitos muito favoráveis para o Brasil. É certo que todos nós ficamos um pouco desanimados, porque o resultado não foi muito mais abrangente e mais contundente, mas é importante reconhecer os avanços conseguidos na Rodada. Um deles — e talvez o mais importante — foi o reconhecimento dos efeitos negativos sobre o comércio internacional, derivados das políticas agrícolas nacionais. Ficou claramente demonstrado e reconhecido que as políticas de subsídio praticadas nos países desenvolvidos distorcem os incentivos de preços e afetam o comércio internacional. Como conseqüência da Rodada, os países terão que reduzir os subsídios. A partir de agora, os subsídios às políticas domésticas serão reduzidos em 20% e, no longo prazo, todos os subsídios vão permanecer fixos ou ainda mais baixos. Outro efeito importante da Rodada é a chamada *tarificação* que consiste na conversão de todas as barreiras não-tarifárias, tais como quotas, restrições quantitativas etc., em uma única tarifa. As quotas e restrições físicas eram uma agressão à concorrência nos mercados mundiais. O acordo prevê que, após a *tarificação*, as tarifas resultantes serão reduzidas gradualmente, em um mínimo de 15% para cada linha tarifária (produto) e em 36% em média para todos os produtos, ao longo de um período de seis anos. Assim, apesar de estes equivalentes tarifários serem elevadíssimos no início, eles vão ser reduzidos, um pouco a cada ano. Os países que pediram para fazer a *tarificação* mais tarde, como o Japão, terão que abrir seus mercados em no mínimo 6%. Com a *tarificação*, pode-se esperar que os preços mundiais fiquem menos voláteis, porque todos os consumidores e todos os produtores vão ter que se defrontar com preços ligados aos preços mundiais. Isso significa que, se os preços mundiais subirem, os preços nacionais vão acompanhar e subir também. Isso não ocorria antes, porque as políticas agrícolas isolavam os preços domésticos e impediam os reflexos dos preços externos dentro do país; conseqüentemente, os produtores não respondiam aos sinais de mercado mas às políticas domésticas.

■ *O que levou os Estados Unidos a se empenharem tanto na solução da Rodada?*

— A Lei Agrícola de 1981 fixou os preços mínimos de suporte acima dos preços de mercado. Entre 1981 e 1985, as exportações norte-americanas perderam competitividade e caíram 40%. Isso levou à perda de valor no preço da terra (que caiu 80%). Aumentaram também as falências de bancos. Na fronteira das discussões, ficaram os subsídios às exportações e a necessidade de desregulamentação da agricultura. Os subsídios aos produtores atingiram 72% da renda agrícola no Japão, 31% na União Européia, 25% nos Estados Unidos e na Nova Zelândia. No Brasil, esses subsídios atingiram 9%. Na soja, enquanto os subsídios brasileiros eram zero e a Argentina tributava o setor em 15%, a União Européia concedia subsídios da ordem de 47% e os Estados Unidos, de 9%. No caso dos produtos lácteos, esses subsídios atingiram 54% nos Estados Unidos e 44% na União Européia. Chegou-se à conclusão que, apesar da Opção Zero (ou seja, zerar os subsídios) ser inviável, era preciso tornar os subsídios nacionais negociáveis. Era necessário fazer alguma coisa, pois esses subsídios distorcem o comércio. Foi difícil negociar, porque os maiores subsídios pertenciam aos produtos com maior poder político.

Discordo daqueles que não acreditam nas mudanças operadas no Gatt.

■ *Quais serão os principais ajustes que vão ocorrer em termos de produtos e regiões?*

— Um ajuste muito importante ocorrerá na União Européia no setor de rações, que poderá produzir reflexos em todo o mercado mundial de grãos. Esse ajuste será no consumo maior de grãos internos e queda nas importações de mandioca. Há tempos, a indústria de rações européia vem utilizando a raspa de mandioca (importada da Tailândia) em substituição aos grãos produzidos dentro do Mercado Comum. Como a indústria européia busca minimizar o custo de produção da ração e, sendo os preços de suporte tão elevados dentro do Mercado Comum, foi fácil à mandioca entrar naquele mercado para suprir a demanda de energéticos nas rações. A redução dos preços de suporte acordada na Rodada Uruguai vai alterar os componentes da ração de custo mínimo e determinar maior utilização de grãos produzidos internamente nos países europeus, em detrimento da mandioca importada da Tailândia. Portanto, as exportações de grãos do Mercado Comum vão baixar, não somente por causa da diminuição dos incentivos à exportação dos excedentes, mas também por causa da expansão do maior uso nas rações de grãos produzidos no próprio Mercado Comum.

■ *O Sr. acredita que o acordo da Rodada Uruguai vai ter um efeito positivo na questão da diferença de padrão de vida nas agriculturas do mundo? Ou a política de proteção da agricultura dos países ricos vai continuar em detrimento da agricultura dos países em desenvolvimento que não conseguem exportar com tanto protecionismo?*

— Os subsídios à agricultura e os níveis dos preços de suporte dentro dos Estados Unidos e do Mercado Comum caíram em mais ou menos 60% nos últimos oito anos. Essa queda se deu, mais por razões internas, basicamente por razões orçamentárias, mas não devem sofrer cortes adicionais, em função da Rodada Uruguai. Entretanto, vão ser congelados nesses níveis mais baixos em função do acordo. Os cortes novos que vão ser feitos agora seriam nos subsídios à exportação e estes têm que ser cortados em 21% em termos de volume e em 36% em termos de valor dos dispêndios orçamentários nos próximos seis anos. As aberturas mais importantes do meu ponto de vista são: os cortes dos subsídios à exportação, o controle maior sobre a utilização de barreiras sanitárias e fitossanitárias e a garantia do acesso mínimo de 6% do consumo nacional após seis anos. O resultado da Rodada pode não ser coisa tão grande como esperávamos no início, mas eu acho que trouxe mudanças reais, mudanças importantes e mudanças que abrirão novas oportunidades para países exportadores de produtos agrícolas competitivos como o Brasil e como os Estados Unidos.

■ *O Acordo Agrícola deverá passar pelo Congresso. Quais são as forças nos Estados Unidos que mais se opõem à retirada dos subsídios à agricultura?*

— Uma das resistências maiores vem dos proprietários de terra. Uma grande parte dos benefícios dos subsídios à agricultura dos Estados Unidos foi capitalizada no preço da terra, o que quer dizer também que o dono da terra é quem vai perder mais com a retirada dos subsídios. Daí a dificuldade de negociar essa redução dos subsídios. Mesmo assim, eu acredito que a política americana vai mudar e que as resistências vão ser vencidas.

Ficou claramente demonstrado e reconhecido que as políticas de subsídio praticadas nos países desenvolvidos distorcem os incentivos de preços e afetam o comércio internacional.

■ *Quais os mercados mais promissores para os produtos agrícolas nas próximas décadas?*

— Não tenho dúvidas em afirmar que as atenções devem estar localizadas no Leste da Ásia, na próxima década. A própria China tem experimentado um crescimento econômico da ordem de 12% a.a. Esse crescimento está provocando uma mudança rápida na dieta da população, na direção do consumo de mais carne, mais frutas e mais verduras frescas. Por causa disso, os países da Ásia estão procurando cada vez mais milho e soja, que são a base da ração para a produção de carnes. A China ainda hoje é grande exportadora de milho e soja, mas com o crescimento do consumo de carnes, eu acho que dentro dos próximos 15, 20 anos, a própria China vai-se transformar de exportadora em grande importadora desses produtos, podendo tornar-se o maior importador mundial. Além disso, o próximo "tigre" daquela região será o Vietnã que também está começando a seguir o modelo chinês e a utilizar o mercado livre dentro de uma economia de mercado mais capitalista.

■ *Quais as perspectivas para a soja, principal produto da pauta de exportações agrícolas brasileiras?*

— Os mercados de milho e de soja seriam os mercados de maior movimento e de maior capacidade para o crescimento durante esse período em que a renda *per capita* está aumentando tão rapidamente, em países que concentram uma grande parcela da população mundial. A gente pode observar o que aconteceu na Alemanha nos últimos 20 anos, quando a renda *per capita* aumentou. Houve um crescimento rápido do consumo de carnes, sobretudo de carne suína. A mesma coisa está acontecendo na China. Esse país já atingiu o nível de maior produtor mundial de carne suína e a produção continua crescendo. Eu não vejo como a China pode continuar a exportar milho e soja e atender também às necessidades decorrentes do crescimento do mercado interno de produtos de origem pecuária.

■ *Qual é a importância do mercado representado pelos países da ex-União Soviética?*

— A antiga União Soviética está iniciando a experiência de mercado livre e de inserção no mercado capitalista, mas muito devagar. A Ucrânia tem enorme capacidade para produção de grãos, especialmente trigo. Os solos são férteis, um dos solos mais férteis do mundo, mas a reforma é muito lenta. A "placa da porta já foi trocada", mas tem a mesma pessoa sentada no mesmo escritório, fazendo as mesmas coisas e tomando as mesmas decisões, do mesmo jeito que vinha fazendo nos últimos 10 anos. Vai demorar.

■ *Como se compara a evolução econômica recente na antiga União Soviética e na China?*

— Na União Soviética, não se reproduziram os mesmos incentivos econômicos verificados na China. Na China, após a abertura da economia, foi promovida a desregulamentação e o país ingressou numa faixa de crescimento e

produtividade agrícola rápida, durante a primeira metade dos anos 80. A mesma coisa deve acontecer na antiga União Soviética, quando lá se fizer o mesmo tipo de desregulamentação; mas acho que vai demorar; talvez, dentro dos próximos 10 anos. Até agora, o crescimento de produtividade na agricultura da União Soviética tem sido tímido. Também tem caído o consumo. Houve subsídios grandes ao consumo de alimentos, subsídios muito grandes. Agora, que o subsídio desapareceu, a oferta caiu, mas o consumo caiu ainda mais, porque as importações também diminuíram. O único produto que vejo como grande esperança para os países membros da antiga União Soviética seria a soja, especialmente o farelo de soja. Esses países não estão colocando quantidade adequada de proteína nas rações, com a conseqüência de que a taxa de transformação do grão em carne é muito baixa.

■ *O Grupo de Roma, temendo a escassez de alimentos, chegou a propor a necessidade de deter o crescimento demográfico da população mundial. Como o senhor vê isso?*

— O Grupo de Roma, como o próprio Malthus, não acreditou em mudanças tecnológicas. Esse foi o erro de ambos. Contudo, o desenvolvimento de tecnologias novas exige investimentos permanentes em pesquisa agropecuária e a geração de novas tecnologias é cara. Eu confio que nós podemos alimentar um número duas vezes maior do que a população que alimentamos hoje, dentro dos próximos 50 anos. Para isso, temos que investir em pesquisa agropecuária muito mais do que estamos fazendo agora; e isso, em toda parte do mundo, para aproveitar os recursos naturais, para expandir a produtividade de todos os países com potencial produtivo. Nem todos possuem esse potencial, mas devemos aproveitá-lo ao máximo. A ONU prevê que a população do mundo duplicará até o ano 2050. Ao crescimento da população soma-se o efeito do crescimento econômico, o crescimento da renda *per capita*, com a conseqüência de que os produtores rurais desse planeta podem vir a ter que triplicar a produção de alimentos. Esse desafio deverá ser alcançado de modo consistente com a qualidade do meio ambiente. Isto vai ser dificílimo, se nós não investirmos desde já em pesquisa agropecuária. Ao contrário, se nós tentarmos triplicar a produção de alimentos na base de aumentar duas vezes mais a área plantada, nós vamos cortar muitas árvores, destruir florestas, vamos perder a biodiversidade e vamos entrar em terras menos férteis com alta tendência à erosão. Seria um desastre de grandes proporções, em termos de destruição do meio ambiente. Estou convencido de que existe um outro caminho para atingir a meta de aumentar a produção e alimentar uma população duas vezes maior, sem agredir o meio ambiente. É pela via do aumento da produtividade nas terras férteis, nas terras boas, nas terras não sujeitas à erosão. Nós temos base científica para realizar isso através da tecnologia e do controle biológico. Isso exige um esforço grande de investimento em pesquisa agropecuária. Senão, pode acontecer o que o Grupo de Roma e Malthus previam. Não existe razão, a meu ver, para eles acabarem vencendo.

Nenhum país conseguiu solucionar o problema da pobreza rural só com a agricultura.

■ *Os investimentos em pesquisa agropecuária estão se reduzindo?*

— Esses investimentos diminuíram muito em relação aos níveis observados nas décadas de 60 e 70. Para se ter uma idéia, na Europa, durante os últimos 20 anos, chegou-se a proibir o investimento em produtividade agrícola e o aumento do orçamento para a pesquisa agropecuária. A razão é clara: os subsídios do governo eram tão grandes que a produção vinha crescendo, gerando excedentes e pressionando os gastos públicos.

■ *Qual é a perspectiva de longo prazo dos preços agrícolas após a Rodada Uruguai?*

— Em minha opinião, os preços dos produtos agrícolas em geral deverão subir. O trigo deve apresentar uma elevação de preços de uns 10% e o milho, de 8%, mas isso ocorrerá ao longo dos anos. Açúcar e produtos lácteos não deverão ter variação, pelo menos em razão da Rodada Uruguai. Aliás, são esses os produtos com maiores distorções de preços em todo o mundo. Açúcar e leite foram a grande frustração na Rodada Uruguai.

■ *Quais os fatores que afetam decisivamente a competitividade entre os países na produção de alimentos?*

— Hoje, a dotação dos fatores naturais tem uma importância muito menor. Os investimentos em pesquisa agropecuária passaram a se constituir em fator decisivo da competitividade. Os investimentos em infra-estrutura afetam muito a competitividade, sobretudo porque determinam o custo entre a fazenda e os portos. As políticas domésticas podem reduzir a competitividade. Um exemplo foi a fixação de preços mínimos nos Estados Unidos acima dos níveis de mercado, responsável pela queda das exportações daquele país, entre 1981 e 1985. A regulamentação feita pelo Estado também tem inibido a competitividade de muitos países.

■ *Qual o efeito da redução do apoio governamental à produção agrícola e sobre a população pobre na agricultura?*

— Existe uma evidência em nível mundial de que nenhum país conseguiu solucionar o problema da pobreza rural só com a agricultura. Os países que tentaram, falharam. A agricultura não é capaz de, sozinha, prover um nível de renda aceitável para os pobres do meio rural. Portanto, investimentos públicos em educação e infra-estrutura e a criação de empregos não-agrícolas são a chave para propiciar aumentos significativos da renda dos pobres rurais. Essa é a experiência dos Estados Unidos e é também a experiência da China, do Japão e de muitos outros países. Baseadas nessas evidências, algumas organizações, como a Fundação Kellog, têm desenvolvido um trabalho em nível mundial, visando à formação de líderes rurais para assumirem o desenvolvimento de suas comunidades. Os efeitos dos subsídios às políticas agrícolas acabaram capitalizados pelos donos das terras e pelos produtores mais bem estruturados para captar esses benefícios. Esses efeitos estão bem estudados e são de amplo conhecimento. As políticas persistem muito mais pela pressão dos grupos dos beneficiados, do que pelos impactos esperados sobre os produtores pobres.

(Participaram da entrevista a equipe do CEA e o jornalista Ib Teixeira.)

CARTAS

Boas-vindas

Ilma. Sra.
Celina Vargas do Amaral Peixoto
Diretora Geral da Fundação Getulio Vargas

Parabenizo V.Sa. pelo retorno da *Agroanalysis*, publicação tão importante no setor agrícola, que lamentavelmente havia sido suspensa durante um tempo, que se nos afigurou demasiadamente longo, devido a sua relevância.

Em um país como o Brasil, agricultura deve ser tratada com seriedade e, em *Agroanalysis*, comprovamos esse compromisso com a seriedade e com o alto grau das informações prestadas.

Em nosso curso de economia da UGF, os alunos dos últimos períodos, na realização do seu trabalho monográfico de conclusão de curso, têm, a cada semestre, se dedicado mais à pesquisa de temas agrícolas. O retorno de *Agroanalysis* vem assim de encontro às necessidades desses alunos. Os novos números irão juntar-se aos antigos, que fazem parte do acervo do nosso Centro de Pesquisas Econômicas, enriquecendo-o cada vez mais.

Queremos felicitar essa Direção e toda a equipe desse prestigioso periódico pelo feliz retorno, esperando que não mais se interrompa a publicação do mesmo, e agradecer-lhes pelo esforço feito para que pudéssemos ser brindados, novamente, com essas informações, a fim de aprofundarmo-nos mais nos problemas e soluções que dizem respeito a todos nós, brasileiros. Continuem assim.

Colocando-nos à inteira disposição de V.Sa.

Cordialmente,

Paulo di Tommaso Lugarinho
Diretor do Departamento de Economia
Rio de Janeiro-RJ

Além de informativa, considero *Agroanalysis* um excelente material didático. Parabéns pelo retorno. Continuarei indicando-a para leitura nas disciplinas do Depto. de Economia e Sociologia Rural.

Prof. Evaristo Marzabal Neves
Escola Superior de Agricultura
Luiz de Queiros
Piracicaba-SP

Prezados senhores,

Com minha atividade ligada à agropecuária, as publicações *Agroanalysis* e *Retrospectiva da Agropecuária* são de inestimável valor, caracterizando-se como as únicas publicações com informações objetivas sobre as mais diversas culturas de importância econômica do Brasil.

Recebi estas publicações por diversos anos e espero continuar a merecer esta atenção.

José Paulo Branco
Engenheiro agrônomo — Bayer do Brasil
Curitiba-PR

Gostaria de receber, gratuitamente, as três primeiras edições de *Agroanalysis*. Como mestrando em economia agrária pela ESALQ-USP, antecipo a intenção de assinar esta revista. A razão disto é o profissionalismo, a idoneidade e a imparcialidade do seu conteúdo, que garantiam a sua qualidade entre 1977 e 1989. Sem mais para o momento, agradeço antecipadamente.

Marcos Minoru Hasegawa
Álvares Machado-SP

É uma grande satisfação saber que essa Fundação voltará a editar a revista *Agroanalysis*. Tendo sido honrado com o direito de receber gratuitamente as três primeiras edições da revista em sua nova fase, envio a minha ficha de cadastramento.

Agradecendo pela cortesia, subscrevo-me com votos de muito sucesso.

Cordialmente,

Célio Brovino Porto
Conab
Brasília-DF

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen

Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou

Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal

Vogais: Abgar Renault, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Gilberto Duarte Prado, Gilberto Ulhôa Canto, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Rubens D'Almada Horta Pôrto, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

Suplentes: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), Guilherme Augusto Frering, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Julian M. Chacel
Vice-diretor: Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos das Empresas
José Francisco Filho

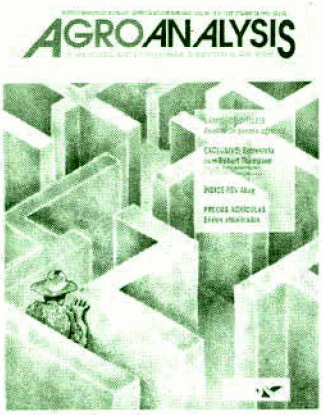
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

AGROANALYSIS



Nesta edição

1 **Entrevista com Robert Lee Thompson**

4 **Cartas**

6 **Perspectivas de abastecimento e preços no Real**

12 **Conjuntura do agribusiness**

24 **Índice FGV/ Abag (Iabag) 1994**

26 **IBGE — Síntese estatística**

28 **Oferta e demanda**

30 **Estatísticas agropecuárias**

36 **Legislação**

38 **Panorama agropecuário**

42 **Panorama internacional**

44 **Janela aberta**

Apresentação

Após um longo eclipse, *Agroanalysis* volta a ser vista pelos seus leitores. Imaginada como produto de um serviço de inteligência agrícola que, a intervalos curtos de tempo, permitisse monitorar o andamento da agricultura brasileira, *Agroanalysis* não chegou a cumprir inteiramente esse propósito. Mas a verdade é que andou bem perto. Entre janeiro de 1977, quando foi lançada, e setembro de 1989, quando interrompida sua publicação, foi elemento constante de referência e consulta para quem, de um modo ou de outro, vive do agro.

Durante esses 12 anos, teve vários patrocinadores. Eram tempos em que a Fundação Getulio Vargas podia lançar-se a novos empreendimentos, com a força de sua aura, num investimento sem risco. Lembro-me que, na origem, o Banco Central apoiou generosamente a iniciativa, mais adiante garantida pelo Banco do Brasil e o hoje extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Desaparecido o mecenato, a iniciativa do Instituto Brasileiro de Economia continuou a ser bancada durante uns poucos anos pela própria Fundação. Até hoje fica em meu espírito a dúvida sobre a boa receptividade de *Agroanalysis*. Se por sua qualidade intrínseca ou por ser de distribuição gratuita, ou ambas as coisas.

As vicissitudes financeiras por que passa a Fundação explicam o eclipse. Mas, paradoxalmente, explicam também a decisão de fazer renascer *Agroanalysis* como um investimento de risco, o qual, tendo a mesma aceitação do passado, em função exclusivamente de sua qualidade, permita manter uma equipe de pesquisadores permanentemente voltada para o tema da economia agrícola.

A forma que agora toma *Agroanalysis* não é necessariamente a forma original. Diria até que visualmente perde em simplicidade e ganha configuração mais elaborada, emulada talvez pelo êxito de *Conjuntura Econômica*. Assim, espera cobrir custos através da publicidade cujo público-alvo é o complexo agroindustrial. De certo modo a nova *Agroanalysis*, guardando traços de um serviço de inteligência agrícola, é produto da análise conjuntural, ainda que aqui e ali possa haver a inserção de matéria tratando das transformações de estrutura.

O grupo de analistas foi em boa parte preservado e reforçado com dois novos integrantes, ambos com grande experiência e renome que lhes garante extensa malha de relações entre produtores e técnicos no setor agrícola. Relações indispensáveis para obter a informação que se pretende disseminar. Afinal, é essa a essência de *Agroanalysis*. A informação primária elaborada como fruto da análise é disseminada pelo maior número possível de interessados.

Como revista de periodicidade mensal, *Agroanalysis* terá seções fixas onde a Análise de Conjuntura é a prospectiva e o desenho do Panorama Agropecuário consiste na retrospectiva, mas de olho no futuro. Estatísticas agrícolas e índices específicos formam seu arcabouço numérico. Além do acompanhamento e prognósticos sobre a safra de verão, *Agroanalysis* terá prognósticos sobre culturas permanentes. Como elemento inteiramente novo, haverá duas sondagens anuais sobre as expectativas da indústria da alimentação. As interações entre campo e cidade serão constante preocupação dos analistas que, dos bastidores, preparam e elaboram as informações que fluem para *Agroanalysis*.

Com esta edição especial que agora vem a público, como primeiro número de *Agroanalysis* assim revivida, espero que possa ter, como produto diferenciado que é, o mesmo prestígio e aceitação que teve em seu formato original. Seja como for, a sorte está lançada. ■

Julian Chacel

AGROANALYSIS

Revista de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE: Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe: Regis Norberto da Cunha Alimandro

Equipe de redatores: Eliana Conde Barroso Leite Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando Roberto de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Virginia Cardoso Wanick Vieira (algodão, borracha, cacau).

Colaboradores: Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abrelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Deise Jaffar de Lima e Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Copidesque: Fernando Roberto de Freitas Almeida

Estagiários: Ana Paula Grether de Mello Carvalho, Lucimara Brandt Pessoa.

Secretaria e apoio administrativo: Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Editora da FGV

Chefe: Francisco de Castro Azevedo

Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha

Editoria de texto: Clóvis Alberto Mendes de Moraes, Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas, Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães.

Editoria de arte: Cesar R. Garcia, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo Moreira da Silva, Simone Ranna.

Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.

Comercialização: Juarez Nery de Souza e Valéria Oliveira Santiago.

Vendas de assinatura: José Milton Gondim, Paulo Appolinário.

Vendas avulsas: Edna Kumakola

Publicidade:

RJ: LPA Comunicações Ltda. – Leopoldo Amorim – Rua da Glória, 366 – 11º andar – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20241-180 – Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 – Fax (021) 221-5984.

SP: Nilson Trivelli – Rua São Benedito, 2.610 – 12-b – São Paulo – SP – CEP 04735-005 – Tel.: (011) 983-4371 – Fax (011) 524-1174.

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 284-2311.

Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

Perspectivas de abastecimento e preços no Real

Até que ponto o conjunto de medidas para a safra 1994/95 poderá impulsionar o plantio de uma grande safra?

MAURO DE REZENDE LOPES

Um momento técnica e politicamente delicado

A nenhum setor da economia pode interessar uma ameaça, por mais remota que seja, ao Plano Real. Além disso, politicamente, como atestam as declarações de todos os envolvidos no recente aumento dos militares, nenhum setor aceita ser responsabilizado pelo fracasso do Plano. Assim, estrategicamente, a agricultura não deve contribuir para desestabilizar a disciplina fiscal, essencial ao sucesso do Real. Ainda por cima, o setor tem razões, mais do que qualquer outro, para querer a estabilidade macroeconômica: esse é o único setor que imobiliza recursos próprios ou de terceiros por 180 dias para plantar e por outros 180 dias para comercializar a produção.

Desta vez, o governo está sendo sincero com a agricultura: os recursos serão compatíveis com as disciplinas de redução dos gastos fiscais e com a indispensável contração do crédito líquido (controlado por regulamentação) das autoridades monetárias. Diz mais ainda: não há condições de garantia de correção no preço mínimo, exceto se julgada "indispensável".

Está claro que sempre será julgado dispensável o ajuste dos preços mínimos, pois, no passado, toda vez que isso foi pleiteado, venceu (à força) o argumento de que os preços agrícolas estavam "muito altos" e um ajuste nos preços de garantia empurraria a inflação e demandaria recursos de comercialização inexistentes. Chegou-se a dizer que "promoveria a especulação com recursos do governo" (leia-se com recursos do EGF). O mais grave é que, se os preços mínimos acumularem uma necessidade de correção pela inflação da ordem de 20% até março de 1995, como poderá o governo corrigi-los, de uma só vez, nesse montante? Seria consistente anunciar uma correção que embutisse toda a inflação passada de uma só vez? Em todo caso, a agricultura deverá se programar para a longa dieta de recursos, acompanhada de juros elevados, falta de seguro de preços e câmbio defasado. O que não seria tão mau assim (exceto no caso do câmbio, é claro) se as reformas fossem mais profundas e estruturais no sentido da desregulamentação definitiva do setor.

Não há mudanças prospectivas nas importações. Em 1995, espera-se importar 10 milhões de toneladas. Não se deveria, por erro de política, adicionar a esse montante volume extra, decorrente de uma eventual redução da safra 1994/95.

Pena que a agricultura — que fez tantos e tão importantes ajustes estruturais, como na redução drástica de gastos públicos de assistência ao setor e a extinção dos institutos de comercialização (Citrin, IAA e IBC) — não disponha nesse momento de uma proposta consistente de implementação de reformas indispensáveis à competitividade e à eficiência no uso de seus recursos, para se compensar da perda de instrumentos como ocorre nessa safra. A agricultura não sabe exercer seus direitos de credora dos ajustes feitos, reivindicando uma política de liberação de seus mercados de insumos (crédito inclusive) e produtos.

Paralelamente às medidas de estabilização, seria de todo conveniente que se adotassem novas medidas de desregulamentação do setor agrícola — tão indispensáveis ao crescimento de um setor composto de bens transacionados no mercado externo, que pode liderar o crescimento do país. Desregulamentação quer dizer sobretudo a redução do papel do Estado na regulamentação e na oferta de bens privados. Nesse sentido, faltam propostas de aumentar a eficiência da pesquisa, de reduzir custos de transportes, de privatizar a comercialização em definitivo e muitas outras reformas.[1]

Assim, em uma posição difícil, com os débitos rurais pendentes, pressionada pelo atraso na compra de insumos para essa safra e premida pela expectativa das novas medidas, a agricultura perde seus instrumentos tradicionais de "compensação". Pior ainda, permanece com o seu grave problema de ter os subsídios aparentes e as taxações escondidas. E, finalmente, não consegue fazer um grande negócio: trocar as compensações do passado (dispensáveis e que não mais existem) por uma desregulamentação e por uma eliminação das tributações diretas e indiretas que gravam o setor (a agricultura ainda exporta impostos e importa subsídios!).

O contexto das medidas

As decisões de plantio estão sendo tomadas em um contexto marcado por uma expectativa de melhora na demanda, antecipada como muito provável nos meses que restam no ano de 1994 e em 1995. Assim, se a área e a produção crescerem as boas notícias correrão muito menos por virtude das medidas anunciadas e muito mais por razões de que os produtores antecipam condições prospectivas de mercado muito promissoras. O pacote não garante recursos para uma nova grande safra e não há correção possível para o preço mínimo. Assim, recursos escas-

Gostaria de agradecer os comentários e sugestões feitos a esse artigo por colegas de trabalho na FGV e na CNA e Conab em Brasília. Os erros remanescentes são da exclusiva responsabilidade do Autor. Este artigo foi escrito em 11-8-94.

sos e caros e sem garantia de retorno podem não ser uma boa combinação para a primeira safra do Real. Só haverá outra safra em março de 1996, horizonte extenso demais para se permitir um erro nas medidas de estímulo desta safra.

Por outro lado, os condicionamentos das novas disciplinas fiscal e de crédito e a indispensável coragem que deve cercar um plano como o do Real envolvem, em conjunto, assumir riscos. Não há como evitá-los quando se faz política agrícola. Tudo o que se pode fazer, com as discussões dos dados, é mostrar a incerteza do velho debate em torno de expansão do crédito agora ou inflação no futuro — dilema velho conhecido de todos nós há muitos anos.

As políticas estão sendo discutidas sem se atentar para o fato de que vivemos um quadro de suprimento muito apertado. Verificando os dados disponíveis, há que ressaltar que não há mudanças prospectivas nos quadros de importações (exceto uma pequena redução das compras para o Nordeste, que teve uma boa safra). Elas deverão, no ano de 1994, apesar da safra recorde, atingir 6,4 milhões de toneladas, de acordo com as estimativas da Conab (e mais 320 mil toneladas de algodão). As importações de grãos atingiram no ano passado 7,1 milhões de toneladas (de arroz, feijão, milho e trigo, além de 495 mil toneladas de algodão em pluma). O Brasil é hoje um grande importador no mercado mundial, com dispêndios da ordem de US$1,6 bilhão em 1993.

O mercado estima que podemos atingir a casa dos 10 milhões de toneladas de produtos importados em 1995, mesmo assumindo-se uma produção recorde. Não se deveria, por erro de política, adicionar a este montante volume extra decorrente de uma eventual redução da safra 1994/95. Há que se advertir sobre este risco.

Em condições normais, um crescimento maior da agricultura, combinado com um crescimento moderado (ou melhor, reduzido) nos demais setores é precondição para a estabilidade de preços. Se a agricultura não crescer e a economia se recuperar, as coisas podem se complicar. E o problema é que podemos não estar em condições normais de crescimento na agricultura na safra 1994/95.

Estoques reduzidos

Além do problema da dependência de importações e dos preços externos, há também a questão do esgotamento dos estoques públicos. É preciso atentar para o fato de que esses estoques, que podem arrefecer um rápido aquecimento nos preços, neste ano de 1994, estão quase zerados: um estoque de milho suficiente para 15 dias de consumo (1,79 milhão de toneladas) e de arroz suficiente para 30 dias de consumo (1,24 milhão de toneladas, base casca), de acordo com dados do Banco do Brasil. Os estoques de feijão montam à inexpressiva soma de 6,3 mil toneladas; isto é, zero!

Os estoques de passagem, de acordo com as estimativas da Conab, em 1994, provenientes da safra 1993/94, estarão mais ou menos nos mesmos níveis do ano passado, em cerca de 443 mil toneladas de feijão (contra 200 no ano passado); em 2,773 milhões de toneladas de milho (contra 3,058 no ano passado); em 1,002 milhão de toneladas de soja grão (contra 1,189 no ano passado); em 1,289 milhão de toneladas de trigo (contra 1,936 no ano passado); e em 1,200 milhão de toneladas de arroz em casca (contra 1,053 no ano passado). Vale ressaltar que estes estoques estão em mãos privadas, carregados com juros elevados, e não passíveis de venda sem a cobertura de seus custos.

Em condições normais, um crescimento maior da agricultura, combinado com um crescimento moderado (ou melhor, reduzido) nos demais setores é precondição para a estabilidade de preços. Se a agricultura não crescer e a economia se recuperar, as coisas podem se complicar.

Seria de todo conveniente que o governo se prevenisse contra a conjugação de escassez interna com preços ainda elevados no mercado externo em 1995, tanto mais considerando-se os volumes que o Brasil importa. Um choque de oferta é um risco desnecessário — há que se enfatizar.

Taxas de juros surpreendentes no crédito rural

O pacote anunciado fixa as taxas de juros em 6% a.a., sem a correção pela TR, para os miniprodutores (com renda bruta até R$ 6 mil); a metade da TR + 6% a.a. para os pequenos produtores (com renda bruta de R$ 6 mil a 18 mil); e TR + 11% a.a. para os grandes produtores (mais de R$ 18 mil de renda bruta). As medidas não fazem menção específica às despesas acessórias adicionais (taxas, comissões, emolumentos etc.), que são um grave complicador para os custos dos empréstimos, em uma economia estabilizada.

Recomenda-se prudência: os produtores deverão ser cautelosos em decorrência da falta de menção ao montante das despesas acessórias, que agora, com preços estáveis, podem gravar muito os débitos. A proposta do governo é incompleta ao não mencionar as despesas acessórias incidentes sobre os pequenos e os grandes contratos de crédito. Ou, pelo menos, o governo deveria obrigar os agentes financeiros a divulgarem tudo o que for cobrado nos contratos de crédito e debitado nas contas gráficas dos mutuários.

Com relação ao estímulo às culturas de consumo interno — para as quais se esperava uma medida mais corajosa dentro da sistemática das operações de equivalência-produto —, verifica-se que as condições de limites de operações na modalidade não sofreram um ajuste compatível com a necessidade de aumento de produção nos produtos da cesta básica. Os limites de financiamento, anteriormente restritos a cerca de R$ 200 mil (960 mil Uref), foram ampliados para R$ 240 mil (1 milhão de Uref) por produtor: um aumento de 4%.

O problema das taxas de juros dos mutuários de grande porte é que os níveis propostos são excessivamente elevados para a atividade agrícola. Para resolver este problema, uma solução seria fixar taxas compatíveis com as expectativas do próprio governo de juros cadentes ao longo do ano em curso e no ano vindouro.[2] Se a meta é estabilizar logo a economia, um juro de 12% a.a., fixo e como teto máximo (naturalmente redutível, se as taxas de mercado se comportassem abaixo desse nível), seria o admissível, apesar de ser, por si só, uma taxa elevadíssima, em

uma economia aberta, com concorrência feroz na área de alimentos importados.

Essa proposta seria eventualmente difícil de ser aceita pelo governo, que quer manter flexibilidade de ajustes na TR, pois se as expectativas não se confirmassem, seria necessário elevar a TR. Nesse caso, o crédito rural ficaria muito subsidiado (se fosse necessário aumentar o juro para conter a demanda e este estivesse fixo para a agricultura). Mas ocorre que não se poderá manobrar com a TR além de certo limite e por muito tempo, pois isso inviabilizaria o setor real da economia.

A política fiscal deveria ser também usada para conter a demanda, ao invés de deixar todo o peso desse controle sobre a TR (apesar de se dizer que a reforma da política fiscal ficaria postergada para o ano que vem). Seria indispensável fixar um horizonte para a TR, pois sem isso ela inviabilizaria a produção agrícola. Esta parte do pacote, de juros vencendo TR + 11%, sem qualquer limite, é incompatível com a atividade de produção de alimentos, com o abastecimento e com a estabilidade dos preço.[3]

Deve-se destacar, logo de início, que o sentido da estabilização é justamente a retirada do governo dos mercados e, sobretudo, da fixação de juros e montantes de recursos. O mercado financeiro rural permanece excessivamente regulamentado. Sem concorrência, os custos do crédito podem ser muito elevados, com os excessivos *spreads* dos mercados financeiros nacionais. A regulamentação dos recursos e dos juros impede a concorrência; e, o que é pior, o governo sanciona tudo isso, com regulamentação. Essa parte do conjunto de medidas referente a juros e recursos é a parte que apresenta o maior retrocesso em relação às necessidades de avanços na política agrícola.

Com esse retrocesso cada vez fica mais distante completar as reformas do financiamento rural no Brasil. Já se podia partir logo para uma eliminação da fixação institucional dos juros rurais. Por que não deixar os juros livres, logo de uma vez? Nesse caso, se os juros caíssem, os produtores poderiam pagar taxas menores do que a TR + 11%. Uma primeira reforma de transição, antes da meta final de liberação total de juros e recursos, seria manter as exigibilidades e liberar os juros, para negociação direta dos produtores com os agentes financeiros. Essa liberação traria mais competitividade na ponta dos empréstimos. E a agricultura é o setor mais dependente de juros competitivos.[4]

Finalmente, é preciso não esquecer que nada foi feito no caso dos sobre-encargos fixados para um produtor que, além das taxas de juros, tem que pagar, nada menos nada mais, do que 11,7% de Proagro e 3% de despesas acessórias. Nestas condições, o crédito rural brasileiro é o crédito mais caro do mundo. Juros mais encargos nestas proporções são incompatíveis com os objetivos de estabilização de preços.

Pode-se dar um exemplo: em julho, a TR ficou em cerca de 5,3%; logo, tomando-se a inflação de ponta a ponta em julho, da ordem de 2,96%, os juros embutidos na TR ficaram em 2,34%; ou seja, uma taxa anualizada de 32%. Adicionando-se os juros reais, de 11%, a taxa total de juros seria de 47% a.a. Os encargos financeiros adicionais são ainda de 11,7% (Proagro) e 3% (despesas acessórias). No final, as taxas totais de encargos financeiros e juros somariam 68,6%. Não há precedente de taxas reais tão elevadas no Brasil.

Pode-se dar um exemplo: em julho, a TR ficou em cerca de 5,3%; logo, tomando-se a inflação de ponta a ponta em julho, da ordem de 2,96%, os juros embutidos na TR ficaram em 2,34%; ou seja, uma taxa anualizada de 32%. Adicionando-se os juros reais, de 11%, a taxa total de juros seria de 47% a.a. Com os encargos adicionais de 11,7% de Proagro e 3% de despesas acessórias, as taxas totais de juros somariam 68,6%. Não há precedente de taxas reais tão elevadas no Brasil.

Riscos do pacote

O importante a assinalar, para que o governo tenha consciência desse risco de abastecimento, é que não é o setor rural que arcará com os custos do ajuste da demanda via taxas de juros e, sim, o abastecimento. Pode-se até aceitar uma postura de fazer política de produção pensando no abastecimento — o que é um erro em si, porque a produção vem antes do abastecimento. Agora, com essas medidas, não se está fazendo política de produção pensando em abastecimento. Estas taxas de encargos financeiros são incompatíveis com o abastecimento. Como o setor agrícola poderá repassar, na sua "data-base", isto é, na colheita, esses custos para os preços?

Aí vem o risco do pacote: os produtores poderão ajustar a demanda de crédito aos juros cobrados nesta safra, e de uma só vez. A área, ao invés de crescer os esperados 6,4%, poderá cair. Até hoje os produtores não fizeram um ajuste mais radical na demanda por crédito (e na área), acumulando, em conseqüência, um débito pendente de US$ 2 bilhões. Não poderão insistir nessa situação. Um ajuste na demanda por financiamento e na área poderá criar graves dificuldades ao Real, considerando-se os níveis de importações recordes do ano passado e deste ano.

Poderão pensar alguns analistas: há um atenuante se se repetir o "efeito Plano Cruzado", em que os produtores, que padeciam de ilusão monetária, entenderam que os juros (nominais) haviam caído drasticamente e plantaram uma grande safra. Animados, ainda, por algo que não está ocorrendo agora: uma explosão de preços de alimentos. Mesmo assim, este raciocínio está errado porque, à época, armou-se uma armadilha de juros baixos em agosto, para atrair os incautos, sendo em novembro e dezembro de 1986 celebradas elevações unilaterais dos juros (quando a safra já havia sido plantada). Agora, pelo menos, o governo não iludе a classe rural — e tudo é muito diferente. O ajuste de área pode não vir, contudo. As perspectivas do mercado, com salários mais estáveis e fim da recessão são favoráveis. Mas se vier será em má hora.

Estas taxas de encargos financeiros da proposta do governo embutem uma expectativa de descasamento entre passivos e ativos, porquanto a expectativa é de que os preços de mercado não deverão variar a ponto de cobrir custos financeiros tão elevados. O descasamento criou problemas suficientemente graves para o crédito rural em programas passados.

Preços mínimos fixos e irreajustáveis

Os preços mínimos deverão permanecer congelados até fevereiro de 1995, quando então há uma promessa de revisão. Essa postura conflita com a disposição de mobilizar recursos privados para o crédito rural. O preço mínimo representa não só liquidez para os bancos no momento da colheita — função hoje muito limitada pela indisponibilidade de recursos para EGF e, sobretudo, para AGF —, mas também garantia dos empréstimos. Sem a correção dos preços mínimos é possível que os bancos tenham que adotar racionamento de crédito em produtos com elevados riscos de preços (que são justamente os da cesta básica).

Ficou adiado o resgate da credibilidade da política de preços mínimos. Não sei se o instrumento, como compensação pela tributação do setor, é tão necessário assim em uma economia aberta. Podia até ser trocado por reformas estruturais que libertassem a agricultura da tributação e do poder regulador (e sancionador de privilégios) do Estado. Mas, o que não tem lógica nenhuma é a velha questão: por que ter um instrumento pouco eficaz, se, com isso, atrasa-se a reforma da política agrícola? Hoje, adiciona-se mais uma forma de hiato de credibilidade: não se estabelece a correção do preço de garantia e tampouco se implementam as reformas ainda necessárias para o setor. E o mais interessante é procurar saber por que a agricultura se deixa levar por essas promessas.

Os preços mínimos perdem a sua função de antecipar um nível mínimo, abaixo do qual os preços não cairiam, e de garantia de última instância. Até mesmo esta última função está suspensa nesta safra. Este é, portanto, um conjunto de medidas circunstancial. Não se fez nenhum progresso de reformas estruturais (que é o maior problema da agricultura). Há um limite dos ajustes conjunturais que se pode fazer com os instrumentos tradicionais: chega um ponto que é melhor fazer logo o ajuste estrutural e implementar as políticas que permitem um *phasing out* (retirada gradual) dos instrumentos tradicionais.

Está claro que, sem a correção dos preços mínimos, o peso dos estímulos ficará por conta das equalizações — de resto, uma promessa difícil de ser cumprida. Já se sabe, desde o início, que não é consistente com o Real e não é factível. Por que então prometer e anunciar? Não é esta uma postura recomendável em termos da primeira safra do Real.

Fixados os preços de garantia

Ficaram fixados, na proposta do governo, os mesmos preços mínimos do ano passado, com apenas duas exceções (soja e algodão). Ora, os preços mínimos sofreram um ajuste médio da ordem de -2,7% na última safra (com exceção do feijão). De acordo com informações da Conab, os preços mínimos, em dólares nominais, do arroz e da mandioca foram reduzidos em 2,7% e do milho e do sorgo em 2,6%. O preço de garantia do feijão foi reduzido em 12,6% (de resto, um produto sem comércio internacional). Só o algodão teve um acréscimo: +2,8%. A este último aumento, deve-se adicionar a promessa de um ágio de 10% nos preços desse produto.

Aí vem o risco do pacote: os produtores poderão ajustar a demanda de crédito aos juros cobrados nesta safra, e de uma só vez. A área, ao invés de crescer os esperados 6,4%, poderá cair. Um ajuste na demanda por financiamento e na área poderá criar graves dificuldades ao Real, considerando-se os níveis de importações recordes do ano passado e deste ano.

A novidade dessa proposta do governo corre por conta da soja, que retorna à pauta de produtos amparados com preço mínimo. Na safra 94/95 o preço mínimo para a oleaginosa será de R$ 8,14/60kg no Centro-Sul, com exceção do Mato Grosso; para esse estado, Pará, Tocantins e os estados do Nordeste o preço terá um deságio de 5% (R$7,73/60kg), enquanto que para Rondônia e Acre o preço será 10% inferior (R$ 7,32/60kg).

A soja é um produto que tem canais de comercialização desenvolvidos no país e no exterior e não precisaria de preço mínimo. No caso deste produto, o que deveria ser implementado era um sistema de informação, comercialização e *hedging* dos riscos de preços, tudo feito pelo setor privado. Estas são as reformas essenciais do sistema de comercialização que vêm sendo sugeridas por quem estuda a política agrícola há 10 anos e muito pouco foi feito nesse sentido.

Entretanto, não se pode subestimar o poder que a soja tem como fator de "pacificação" da classe rural. Ao incluir a soja nesse pacote, com crédito, preço mínimo e equivalência-produto, foi possível tranqüilizar toda a classe rural. Os produtores não resistiriam a um pacote que tenha um bom componente de soja.

Recursos insuficientes

Na atual conjuntura, a classe agrícola reclama, mais do que do nível, o cumprimento dos preços mínimos através do EGF e do AGF; o que faz certo sentido. Os EGFs — instrumentos por excelência de garantia indireta de preços e renda — foram sucessivamente prorrogados, sem recursos para AGF, nestas últimas safras. Mas, ambos estão desgastados. Melhor teria sido anunciar os instrumentos que substituiriam (com vantagens, aliás) esses dois, logo de uma vez. Esses fatos desestimulam os produtores. E podem resultar no ajuste, a menor, nas áreas de plantio.

A menção aos recursos para a PGPM é muito pouco precisa no conjunto de medidas. Este menciona que a expectativa é de que os gastos totais com subsídios na comercialização poderão atingir R$ 700 milhões (quanto a agricultura paga em tributos?). Falta, assim, garantia mais específica e firme de recursos para EGF e AGF. Estes instrumentos são parte integrante da garantia de preços e não têm sido nem acionados nem substituídos por instrumentos privados.

Na verdade, como o AGF é uma intervenção (indesejável) do governo no mercado, restaria o EGF como recurso para a garantia de preço. Na verdade, esse é o instrumento mais apropriado para ser anunciado; com a vantagem que é um instrumento privado. Pode ser ainda inteiramente privatizado, com a adoção dos instrumentos de crédito lastreados por mercadorias admitidas em depósito (outra reforma que não caminha). Teria sido preferível anunciar logo medidas de reformas nos

instrumentos de crédito de comercialização.

É preciso não esquecer que por ocasião da discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1994 (LDO), ficou a promessa de que o governo emitiria títulos para honrar os compromissos da política de preços mínimos. Quando a lei foi à sanção do Executivo, o próprio presidente vetou o Inciso V do Artigo 37, que cumpriria o compromisso assumido. Reiteradas vezes, os compromissos assumidos com a agricultura são descumpridos. Vale assinalar que na LDO de 1995 — que não foi ainda aprovada, diga-se de passagem — não consta uma fonte autônoma para o OOC (Orçamento das Operações de Crédito, do Tesouro), que daria lastro às operações da PGPM.

A pergunta é: se não pode e se não há recursos, por que então fazer estes acenos? Seria melhor reconhecer que o crédito rural tem que mudar e fazer logo as reformas necessárias.

Recursos incertos para o plantio da safra

Foi aprovado um aporte de recursos nos seguintes termos: recursos do Tesouro, fixados em R$ 250 milhões; cerca de R$ 600 milhões das exigibilidades bancárias — além de R$ 240 milhões adicionais, contingenciados nos bancos privados; R$ 700 milhões dos Depósitos Especiais Remunerados (DER); R$ 1 bilhão da poupança rural; R$ 300 milhões do Fundo de Commodities; R$ 560 milhões de recursos livres, com juros livremente pactuados; R$ 2 bilhões que serão alavancados no sistema financeiro, também "equalizáveis" pelo Tesouro Nacional. Estes recursos montam a R$ 5,65 bilhões.

Para se atingir a meta adicional de R$ 240 milhões por parte dos bancos particulares na rubrica recursos livres, foi flexibilizada a utilização das exigibilidades: dos R$ 600 milhões das exigibilidades, 50% terão contingenciamento de aplicação no financiamento dos pequenos produtores; e os restantes 50% poderão ser aplicados junto às demais categorias de produtores, desde que a cada R$ 1 das exigibilidades sejam agregados R$ 0,80 captados livremente pelos bancos (ou seja, 80% de R$ 300 milhões são R$ 240 milhões).

Custos elevados

Os recursos do DER são caros e vencem TR + 8%. Estes montantes, da ordem de R$ 700 milhões, consumirão recursos de equalização.

Quanto às exigibilidades, há que se verificar que os montantes propostos contêm uma diminuição em relação aos níveis praticados em 1993. Como se sabe, os montantes aplicados dentro da sistemática das exigibilidades foram da ordem de US$ 1,8 bilhão em 1991, US$ 1,0 bilhão em 1992, US$ 831 milhões em 1993. Ora, os R$ 600 milhões propostos para a safra 1994/95, nesta rubrica, são inferiores às aplicações de 1993 (mesmo com a diferença de US$ para R$). Há espaço para melhor nível de mobilização de recursos nessa rubrica, pois os depósitos à vista em julho estiveram em R$ 6,64 bilhões. Com isso, poder-se-ia aplicar os mesmos 25% do passado — o que soma R$ 1,66 bilhão em agosto —, e a partir daquele mês girar os recursos e aplicá-los de acordo com a flutuação dos depósitos à vista. Ao invés disso, foi fixado o limite de R$ 600 milhões.

O mais grave é que, se os preços mínimos acumularem uma necessidade de correção pela inflação da ordem de 20% até março de 1995, como poderá o governo corrigi-los, de uma só vez, nesse montante? Seria consistente anunciar uma correção que embutisse toda a inflação passada de uma só vez?

Esperava-se que, com a revogação da Resolução nº 2.086 de 30 de junho de 1994, que congelou as aplicações das exigibilidades em crédito rural nos valores apurados para o seu cumprimento no mês de julho de 1994 (níveis praticados em 30 de junho), haveria um aporte maior de recursos nessa rubrica. Poderia, perfeitamente, ser feita uma proposta de transição, mantendo-se o contingenciamento dos recursos, liberando-se, porém, o juro. Assim era a lógica, pois tais recursos demandam relativamente menos fundos do Tesouro para equalização. Contrariamente à logica, o pacote não adotou essa postura.

Podem-se argüir razões de política monetária para a contenção do crédito líquido das autoridades monetárias, mas procedeu-se a uma restrição de montantes que afetam as disponibilidades tidas como certas para o crédito rural. Na verdade se fez controle de crédito em cima das aplicações na agricultura — o que não deixa de ser um risco.

O governo pretende alavancar recursos da ordem de R$ 2 bilhões com juros "equalizáveis" (eventualmente) pelo Tesouro. Seria mais tarde encontrada uma solução, seja através de MP, seja através de medida não especificada, para a utilização de recursos para a equalização das taxas de juros. Essa alternativa é difícil de ser implementada no quadro atual do Orçamento, considerando-se a indispensável disciplina fiscal que deverá permear o Plano Real nesse final de ano e no ano vindouro.

Já os recursos do OOC, orçados no Orçamento da União em R$ 2,56 bilhões, estão comprometidos, em R$ 500 milhões com equalizações passadas e subvenções econômicas, e por operações pendentes passadas, inclusive com o "débito rural" e as operações de EGF e AGF dessa safra (1993/94). O nível de comprometimento de recursos do OOC, inclusive de pendências de EGF das safras passadas, de 1991 a 1993, atinge US$ 520 milhões (1,26 milhão de toneladas de arroz e 1,18 milhão de toneladas de milho). Com tanta pendência, não sobra muita coisa. O OOC, assim como todos os fundos do crédito rural, acaba virtualmente exaurido. Quanto mais cedo estudarmos o esgotamento desse modelo e propormos novas reformas definitivas, tanto melhor.

Diante deste quadro, o governo fixou o montante de recursos para a equalização em R$ 250 milhões, dentro do Orçamento da União para o próximo ano. Este montante é absolutamente insuficiente para fazer face a tanta demanda por recursos na equalização, sem falar nos R$ 2 bilhões que deverão ser "equalizados". Equalização não é uma grande idéia e não é também viável, principalmente dentro da inarredável disciplina fiscal do Real.

Assim, em conclusão, diante do quadro de incerteza quanto à alavancagem dos recursos "equalizáveis", pode-se

trabalhar com valores não superiores a R$ 3,2 bilhões. Não é conveniente contar com valores mais elevados sob a ameaça de demanda substancial por equalização.

A soja pressionará por recursos

Os recursos do tipo "Soja Verde" deverão ser substancialmente menores do que os que foram aplicados no ano passado, devido aos prejuízos financeiros dos financiadores, diante da não-entrega do produto nos termos dos contratos pactuados. Hoje, de forma cautelosa, as empresas que estão fazendo contratos nessa modalidade oferecem crédito com base em R$ 6,00 a saca, muito abaixo dos preços internacionais e do preço mínimo de R$ 8,16 (sendo que no Centro-Oeste, onde o contrato é forte, o preço mínimo será de R$ 7,74).

Logo, o produtor vai preferir o crédito rural. Hoje ele pode ser enquadrado nos créditos da espécie, dependendo do seu tamanho, com juros mais baixos do que os embutidos nos contratos de "Soja Verde". Vale lembrar que a soja foi incluída no programa equivalência-produto. Nesses termos, haverá uma maior pressão de demanda por crédito rural, que deverá ser ainda mais escasso.

Conclusão: recursos insuficientes e o risco de cortes futuros

Quanto mais escassos são os recursos tanto mais necessárias são a transparência e a rigidez dos critérios de aplicação. Os recursos do crédito rural são uma caixa preta e as contas opacas. Nestas condições, a eficiência na aplicação de recursos públicos é questionável. No momento que se precisa mais de um conhecimento exato do valor, este dado falha.

Vale recordar que o corte de recursos (sem a necessária desregulamentação do crédito rural) no início do governo Collor causou graves problemas de abastecimento ao plano de estabilização de então. O efeito do corte de recursos deixou o país sem alimentos.[5]

Algumas fontes, como a Conab e a CNA, por exemplo, estimam que o mínimo de recursos necessários à próxima safra será de R$ 2,5 bilhões para EGF, R$ 1,8 bilhão para AGF (sem as despesas adicionais, orçadas em R$ 1,6 bilhão adicional) e de R$ 3,5 bilhões para o custeio. As necessidades mínimas são superiores ao volume aplicado na safra 1993/94, da ordem de US$ 4,7 bilhões (somando-se todas as rubricas). Os recursos são insuficientes.

Uma das razões para esta escassez de capital, que coloca o peso do provimento dos recursos de capital nos empréstimos, são os baixos níveis de autofinanciamento dos cultivos herdados da safra passada (ou seja, os baixos níveis de capacidade de os produtores se autofinanciarem). Se os produtores estivessem capitalizados, não haveria tanta necessidade assim de recursos externos.

A agricultura deverá se programar para a longa dieta de recursos, acompanhada de juros elevados, falta de seguro de preços e câmbio defasado. O que não seria tão mau assim (exceto no caso do câmbio) se as reformas fossem mais profundas e estruturais no sentido da desregulamentação definitiva do setor.

Em termos de autofinanciamento, para o algodão, a capacidade de autofinanciamento (ou seja, o quanto da renda líquida obtida na safra passada pode cobrir o Valor Básico de Custeio — VBC da nova safra) situa-se em 39%; para o arroz de sequeiro, 9%; para o arroz irrigado, 67%; para o feijão, 100%; para o milho, 33%; e para a soja, 27%. Isto indica que, do VBC total, serão necessários créditos de custeio, para o plantio da mesma safra do ano passado, em um montante de aproximadamente 70%.

Os recursos porventura disponíveis, por parte de apenas um reduzido grupo de produtores, foram comprometidos com a compra de máquinas, para recuperar a capacidade de plantio. Não há mais tantas sobras disponíveis assim. As vendas de colheitadeiras aumentaram, de janeiro a maio deste ano, em 44%; de tratores, em 118%; e de máquinas em geral, em 93%. Ainda assim, faltaram recursos para a aplicação de calcário, para a compra de fertilizantes (cujas vendas aumentaram apenas 10,7% em relação ao ano passado) e de sementes (com negócios paralisados por falta de recursos e definições das taxas de juros).

Em suma, o governo acredita que fez o possível no pacote agrícola. Mas ele não garante uma grande safra. Há risco de redução na produção. No pacote, há equívocos, por uso de fontes alternativas mais onerosas em termos de necessidade de equalização das taxas de juros. Os recursos aprovados não parecem suficientes para a expansão da oferta agrícola. Resta esperar que os estímulos do mercado incentivem o produtor, pois são promissoras as tendências do consumo e dos preços.

[1] *Sobre esse assunto, ver Lopes, M. R. Reformas agrícolas: os custos dos ajustes parciais. Conjuntura Econômica, 48(7): 25-9, jul. 1994. Para a questão dos efeitos do câmbio defasado sobre a agricultura, ver Lopes, M. R. O câmbio real, o setor exportador e a agricultura. Conjuntura Econômica, 48 (8): 184-7, ago. 1994.*

[2] *Esta era a expectativa. Inclusive, este tipo de juros máximos, fixos e decrescentes teria mais sentido que fixar juros reais baixos agora, deixar flutuar a TR, e cobrir diferenças no futuro com equalização. A TR excessivamente flexível e com componente de juros muito elevado pode inviabilizar o setor real da economia ou o Tesouro, ou ambos.*

[3] *Quais as razões para se protelar a implantação dos juros-meta de acordo com as expectativas do governo? O Plano Real já dá provas de maturidade e consolidação e a sociedade já adquiriu confiança no plano, no dizer de um membro da equipe econômica. Não houve explosão do consumo. Portanto, um instrumento como os juros, excessivamente elevado, é inconsistente com o Plano Real.*

[4] *É preciso considerar que os demais setores da economia podem, em um mês ou dois (porque necessitam de crédito por prazo menor) mudar de posições de endividamento e suspender os financiamentos. A agricultura não pode assim proceder, pois as decisões tomadas em setembro, por ocasião da contratação dos créditos, permanecem inalteradas até março do ano seguinte. As condições pactuadas permanecem vigendo por 180 dias, sem alternativas para o produtor. Além do mais, depois da colheita, o produtor não pode mudar suas condições de financiamento ou abandonar o crédito, porquanto nesta época os preços são muito baixos. Deve o produtor seguir financiando-se por mais 180 dias.*

[5] *Na safra de 1990/91, a ministra da Economia reduziu os recursos do crédito rural em US$ 1 bilhão. A safra foi de 56 milhões de toneladas e cerca de US$ 2 bilhões foram gastos com importações. Mas, o efeito pior foi um descolamento dos preços internos dos níveis de valores FOB para custos CIF, com efeitos negativos sobre a inflação.*

Produção e preços: desempenho recente

Na entrada do Plano Real, a agricultura brasileira apresentou um panorama bastante diferente daquele observado quando da implantação dos programas de estabilização anteriores.

O aumento da ordem de 10% na produção de cereais, leguminosas e oleaginosas registrado em 1994 foi até certo ponto surpreendente, quando se considera que as diretrizes da política agrícola anunciadas em julho do ano anterior pouco de novo trouxeram; que os custos financeiros do crédito rural, atrelados à TR, foram considerados excessivos pelos produtores rurais; e que — além da insegurança resultante de sucessivas trocas de ministro na pasta da Agricultura (oito em menos de um ano) —, o panorama econômico, de modo geral, foi bastante conturbado.

Em 1994 a participação do Nordeste no total da produção deve situar-se em torno de 10%, o que pode ser considerado, até, uma perspectiva modesta.

Os números, contudo, devem ser observados com cuidado: com exceção da soja e do algodão, o incremento na produção dos demais produtos decorreu do reinício das chuvas no Nordeste. Assim, em 1994 a participação do Nordeste no total da produção deve situar-se em torno de 10%, o que pode ser considerado, até, uma perspectiva modesta quando se sabe que em anos "normais" a contribuição regional chegou a 20%.

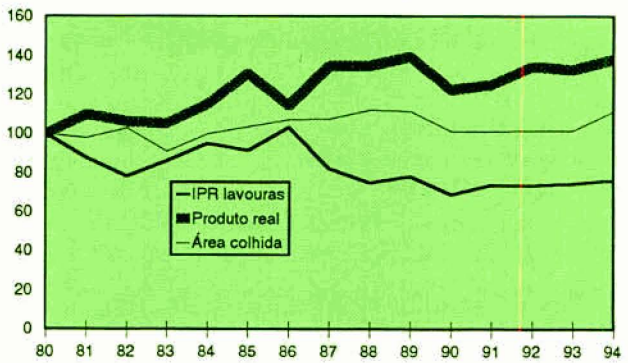
Outro aspecto a ser destacado na análise dos resultados anunciados para a presente safra é que o crescimento da produção se concentrou não só em termos regionais, como também em alguns produtos. Assim, para o Brasil como um todo, destacaram-se os aumentos de 66% na produção de feijão da segunda safra, 24% na de algodão e 27% na de feijão da primeira safra. No Centro-Sul, as maiores expansões se verificaram nos casos do algodão (9%) e da soja (7%). Tomando-se o conjunto de cereais, leguminosas e oleaginosas, a produção cresceu 6% no Centro-Sul e 81% no Nordeste, resultando na média de 10% para o Brasil.

A se confirmarem os números anunciados, o Brasil recupera os patamares de produção que se anunciavam possíveis e que não se concretizavam em função dos baixos preços, sendo significativo que, nos últimos anos, a expansão da produção tem sido mais o resultado de uma melhoria dos índices de rendimento médio por hectare do que de uma expansão da área colhida, que, aliás, tem-se mantido bastante estável, no último qüinqüênio. Contudo, na safra recentemente obtida registrou-se um aumento de cerca de 10% na área colhida e, tendo em vista que boa parte de tal expansão se registrou no Nordeste, os índices médios de produtividade deverão registrar declínio.

O gráfico 1 ilustra a relação observada entre área, produção e preços entre 1980 e 1994. Observe-se que, a partir de 1986, os preços recebidos pelos agricultores (já descontada a inflação registrada no período) entraram numa

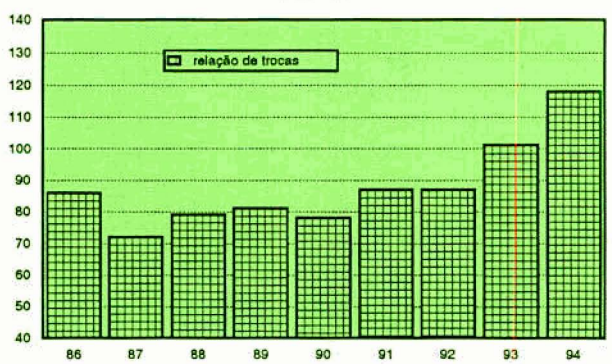
Brasil — desempenho da agricultura

(indicadores selecionados 1980-94)



Brasil — Relação de troca

(IPR/IPP)



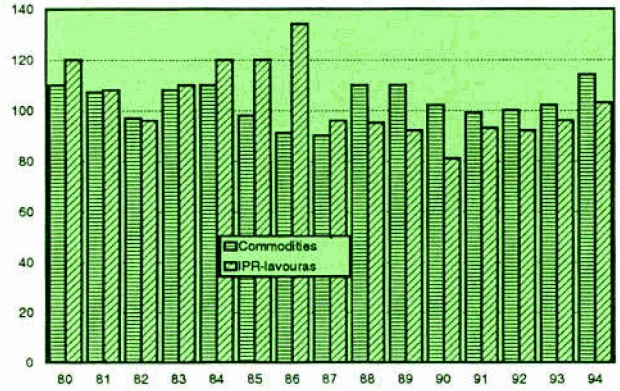
trajetória declinante, que pode, em boa parte, ser atribuída à sucessão de planos de estabilização. Ocorreram notórios descasamentos entre índices de correção de preços mínimos e juros ascendentes, para não se falar dos surtos de importação de produtos agrícolas, que resultaram numa acumulação de estoques que só recentemente foram reduzidos, permitindo uma recuperação nos preços recebidos pelos agricultores.

A melhoria da produtividade física das lavouras foi alcançada em meio a circunstâncias bastante adversas. Considerando-se apenas um período mais recente, os últimos sete anos, as vendas de tratores e o crédito rural obtido seguiram uma trajetória nitidamente decrescente, que só se reverteu em 1993. O consumo de agrotóxicos aparece como tendo percorrido uma rota mais estável, enquanto o consumo de fertilizantes começou a recuperar-se a partir de 1990. Outro fator importante na recuperação das compras de insumos por parte dos agricultores foi a abertura de linhas de crédito do Finame Rural para a compra de equipamentos agrícolas. De 1992 a 1993, tais recursos registraram expansão de 64%, ante uma redução de 18% no total dos desembolsos com crédito rural (ambas as variáveis calculadas em dólar). Ainda assim, a disponibilidade de insumos modernos não alcançou o patamar registrado em 1980 e se situou muito abaixo do que seria de se desejar, levando-se em conta a necessidade de se atender à demanda reprimida por alimentos e matérias-primas, bem como o incremento das exportações.

Contudo, mais importante do que a recuperação dos preços recebidos pelos agricultores e o crédito rural foi a inversão da relação de trocas (preços recebidos/preços pagos) verificada a partir de 1993 (ver gráfico 2). De 1987 a 1990, o IPP, já descontada a inflação, seguiu uma trajetória decrescente, elevando-se nos dois anos seguintes e voltando a cair em 1993. Porém, naquele período, o IPR registrava uma queda ainda maior, prejudicando a relação de trocas. Estes números podem também explicar o aumento no uso de insumos registrado a partir de 1993.

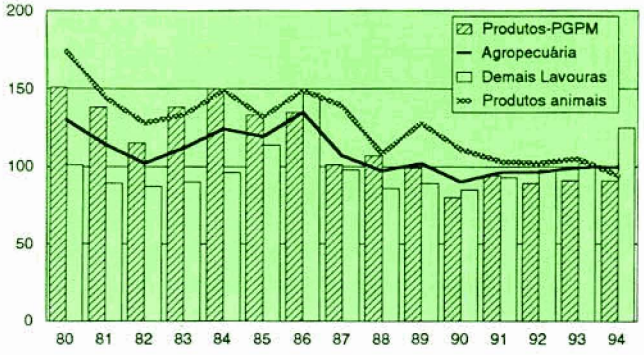
Brasil — preços selecionados

(IPR corrigido pelo IGP-DI e commodities)



Brasil — preços no nível do agricultor

(índices corrigidos pelo IGP-DI)



Dentre os grupos de despesa produtiva que compõem o IPP, notam-se comportamentos bastante diferenciados. De um lado, as sementes, fertilizantes e mão-de-obra registraram bastante estabilidade. De outro lado, agrotóxicos, serviços e combustíveis apresentaram grande dispersão, com os combustíveis subindo bem acima da média, enquanto os serviços de equipamentos ficavam abaixo da mesma. O desempenho dos preços de tratores e fertilizantes justificaram a expansão registrada em suas vendas aos agricultores.

No segundo semestre de 1993, os preços médios das lavouras cresceram mais do que os dos produtos animais, fato que não ocorria há alguns anos.

Os preços recebidos pelos agricultores no período foram muito influenciados pelos bons resultados obtidos no mercado externo, visto que as cotações das commodities registraram significativa recuperação, alcançando os patamares mais elevados desde 1986 (ver gráfico 3). Assim, no segundo semestre de 1993, os preços médios das lavouras cresceram mais do que os dos produtos animais, fato que não ocorria há alguns anos. Outro aspecto que contribuiu positivamente para os resultados registrados pelas cotações das lavouras foi a redução dos estoques de produtos agrícolas. Isto, entretanto, pode vir a se tornar um fator de aumento dos preços no nível do consumidor — caso a safra que começa em breve a ser plantada não repita os resultados alcançados em 1994 — gerando um efeito indesejável no que diz respeito à evolução das taxas de inflação.

Cabe atentar para o fato de que neste ano de 1994 o mercado internacional não se constituiu em potencial elemento estabilizador dos preços internos. Os estoques mundiais de arroz, milho e soja se encontram nos níveis mais baixos dos últimos 20 anos. Para tanto contribuíram não só os desastres climáticos que afetaram o Sudeste asiático (seca) e o Meio-Oeste dos Estados Unidos da América (enchentes) mas também a tendência generalizada, nos países industrializados, à redução dos subsídios à produção agrícola, como conseqüência das negociações no âmbito da Rodada Uruguai. Apenas a situação do trigo parece confortável, embora a redução na disponibilidade mundial de cereais forrageiros possa vir a aumentar o consumo de trigo com esta finalidade, favorecendo um aumento de seus preços. Deste modo, uma tendência que, no médio prazo, pode vir a beneficiar o Brasil e outros países em vias de desenvolvimento, no curto prazo se torna causa de preocupação.

A decomposição do IPR em seus principais agregados — no período mais recente — mostra, em primeiro lugar, que o crescimento dos preços das lavouras superou o dos produtos de origem animal, invertendo uma tendência que se prolongava há vários anos (ver gráfico 4). No subconjunto de lavouras, destacou-se o crescimento dos preços dos produtos não atendidos pela política de preços mínimos, refletindo a recuperação dos preços de cacau, café e açúcar.

Resumindo, pode-se dizer que, na entrada do Real, a agricultura brasileira apresentou condições bastante favoráveis para o sucesso do plano: produção em expansão e preços razoavelmente contidos. Apenas no que se refere aos produtos tradicionais de exportação é que se verifica uma pressão de alta, motivada, em boa medida, pelas circunstâncias externas. Isto, se por um lado carrega um potencial de aumento de preços no mercado interno, por outro lado implica um desafogo para os exportadores. A partir de agora é necessário estar atento ao plantio da nova safra.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

FEIJÃO

Mercado sem novidades até o fim do ano

As previsões da Conab com relação ao consumo de feijão em 1994 apontam um crescimento de 4% em relação ao ano passado. O mercado, no entanto, é menos otimista. Agentes do comércio atacadista, de modo geral, não esperam um aumento no consumo superior a 1%, mesmo considerando a possibilidade de ganho no poder aquisitivo da população em conseqüência da vigência do Plano Real.

Embora seja ainda um tanto prematuro para se avaliar os efeitos do novo plano econômico sobre o consumo de alimentos, nem o mercado nem a própria Conab esperam surpresas no abastecimento e preços até o final do ano. A comercialização, tradicionalmente muito sensível às variações na qualidade e volume da oferta, reagiu às geadas que em julho afetaram as lavouras de São Paulo, mas as perspectivas para os próximos meses são favoráveis ao consumidor. O quadro de suprimento é relativamente folgado, caso se concretizem as expectativas da Conab. Neste caso, ainda restará em estoque regulador de 450 mil toneladas, o equivalente a quase dois meses de consumo.

Um destaque em 1994 é o resultado final das três safras. Se confirmados os prognósticos do IBGE, o total colhido representará um recorde histórico: cerca de 3,3 milhões de toneladas.

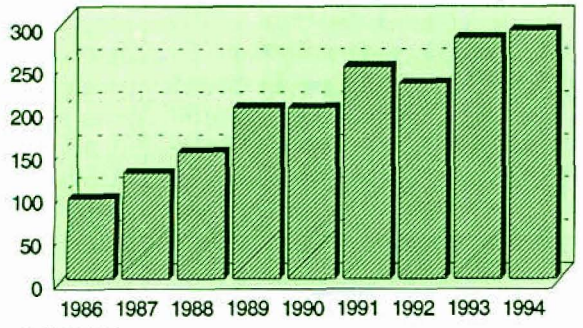
O feijão protagonizou, no ano passado, uma série de episódios que bem caracterizam a crise social brasileira: houve saques de estoques doados pelo governo federal a regiões pobres do Nordeste, notícias de apodrecimento de estoques públicos, denúncias de doações com fins de propaganda política, enfim, fatos que ganharam, com uma certa freqüência, espaços na imprensa e contribuíram para reacender o debate sobre a questão alimentar brasileira.

As doações do governo de produto pertencente aos estoques reguladores também chamaram a atenção, mas o fato de estas terem sido motivadas também pela necessidade de se diminuir o nível das reservas suscita reflexões. Uma vez que as reservas alcançavam níveis elevados em função da perceptível inibição na demanda, é paradoxal que o governo tivesse que posteriormente arcar com o ônus de doar produto à população porque esta não teve o acesso justo ao mercado. Ainda de forma contraditória, estas operações também interessaram porque aliviaram as pressões de oferta que estavam prejudicando o próprio setor rural.

As safras têm apresentado resultados modestos nos últimos anos, levando-se em conta que o total colhido em 1993 pouco difere dos patamares de 25 anos atrás. O IBGE estima que, em 1993, as três safras deverão totalizar 2,46 milhões de toneladas, o que representa uma colheita 12% menor do que a obtida em 1992.

Brasil – feijão

Evolução da safra de irrigação — mil t



Fonte: IBGE.

Parece haver uma forte correlação entre diminuição no consumo de feijão e mudança nos hábitos alimentares, associada ao processo de urbanização, o que explicaria em parte o baixo dinamismo do consumo e da produção ao longo das últimas décadas. No entanto, não se pode deixar de levar em conta que o quadro econômico desequilibrado dos últimos anos também tem afetado negativamente o consumo da leguminosa, com a respectiva repercussão no setor produtivo.

Por outro lado, um fato que chama a atenção é o aumento no rendimento físico médio das lavouras nos últimos três anos. No ano passado, a produtividade, embora ainda muito baixa, foi recorde: 643 kg/ha. Há um forte componente conjuntural a determinar este resultado, uma vez que, em 1993 houve uma drástica redução na área colhida (e em menor proporção, na produção), em função de adversidades climáticas, sobretudo no Nordeste, região que, dada a maior precariedade das lavouras, tende a "puxar" para baixo a média geral do rendimento físico. Entretanto, algumas modificações estruturais têm sido observadas no campo, o que pode também estar influenciando o paulatino crescimento da produtividade observado desde 1991. Não existem dados concretos sobre um possível esforço de modernização nas lavouras de feijão, mas alguns técnicos ligados ao produto estariam detectando este processo, ainda que de uma forma tímida e muito localizada.

No Paraná, por exemplo, principal estado produtor, têm sido registrados alguns "bolsões de tecnologia", sobretudo na primeira safra. Segundo o Deral, os produtores estariam de fato aumentando o grau de tecnologia empregado na atividade, sobretudo através de intensificação do uso de fertilizantes e maior preocupação com o tratamento fitossanitário na lavoura. Tem sido observada também a substituição por fumo neste estado, parecendo haver uma tendência à permanência na cultura do feijão dos produtores mais eficientes e com maior capacidade de capitalização, com conseqüente expulsão daqueles que não conseguem se viabilizar na atividade.

Esta modernização "forçada" na cultura tem sido visualizada com mais nitidez em São Paulo. De acordo com a Conab-SP, a queda na área de plantio no estado observada nos últimos cinco anos está relacionada ao abandono da atividade por parte daqueles produtores mais ineficientes, que trocam de cultura ou simplesmente vendem suas terras, muitas vezes transformando-se em "bóias-frias" utilizados nas colheitas da cana e da laranja, entre outras. Os que permanecem na atividade tendem a intensificar o uso de insumos (calcário, fertilizantes, e em pequena proporção, uso de sementes melhoradas) ou adotam práticas especiais de cultivo, como o plantio direto. Parece estar havendo também uma seleção por parte das instituições financiadoras da produção naquele estado de agricultores com produtividades acima de 1.000 kg/ha que, de certo modo, estaria sendo considerado o limite da exploração economicamente viável em São Paulo. Realmente, no ano passado, após cinco anos de produtividades relativamente satisfatórias na primeira safra, o estado atingiu o recorde de 1.077 kg/ha, mais do que o dobro da média histórica brasileira.

A queda na área de plantio no estado de São Paulo está relacionada ao abandono da atividade por parte daqueles produtores mais ineficientes, que trocam de cultura ou simplesmente vendem suas terras.

Será necessário um levantamento mais criterioso para determinar em que grau está ocorrendo esta seleção e modernização no campo, mesmo porque, em alguns estados importantes, como Santa Catarina, a atividade parece estar ainda "amarrada" ao esquema convencional de produção. Por alguma razão, portanto, alguns estados estariam antecipando este processo.

É de se destacar também a incorporação da lavoura aos moldes da chamada agricultura empresarial. A atração pelo cultivo por parte dos setores mais capitalizados da agricultura deveu-se à alta rentabilidade desta atividade quando associada a preços tradicionalmente favoráveis (a terceira safra veio ocupar um espaço de entressafra, entre a safra da seca e a das águas, quando os preços normalmente subiam) e alta produtividade, propiciada pela utilização de sofisticados sistemas de produção, com uso intensivo de pivôs centrais. A terceira safra vem consolidando sua posição no abastecimento, tendo crescido expressivamente nos últimos anos (ver gráfico).

ELIANA CONDE B. VIGLIO

Mais um ano de elevadas importações

A baixa disponibilidade de dados relativos ao consumo de alimentos dificulta a tarefa de prognosticar qual a amplitude do impacto sobre o abastecimento caso ocorra, de fato, ganho no poder aquisitivo da população decorrente da implementação do Plano Real.

Estudos sobre a demanda do arroz em geral apontam para a inelasticidade da procura em resposta a variações de preço ou renda, o que sugere que qualquer ganho de renda tenderia a ser deslocado para produtos com elasticidade-renda maior, neste caso carne bovina, leite, ovos, frutas e hortaliças.

Entretanto, apesar deste comportamento clássico da demanda do arroz, deve-se levar em conta que uma parcela expressiva da população brasileira tem neste alimento uma de suas principais fontes nutricionais, e que apesar da tradicional rigidez na procura, este largo segmento vem restringindo, nos últimos anos, por questões de renda, a aquisição do cereal. Portanto, uma recomposição do consumo proveniente desta parcela da população deve ser esperada, não se sabendo ao certo em que magnitude este aumento ocorrerá.

De qualquer forma, nem o mercado nem a própria Conab esperam que o aumento no consumo atinja uma proporção elevada. A Conab, por exemplo, estima que, em 1994, a expansão no consumo alcance de 1% a 3% sobre o nível do ano passado, o que equivale, em média, a 230 mil toneladas de arroz em casca a mais. Os cerealistas de São Paulo concordam com as expectativas da Conab, ou seja, não acreditam que irá ocorrer uma "explosão" de consumo à semelhança do que aconteceu em 1986, ano do Plano Cruzado.

Arroz

Evolução da área e produção irrigada — período 1990-94

Anos	Área (ha)	Produção (t)
1990	969.973	4.351.842
1991	1.111.346	5.199.703
1992	1.212.265	5.988.898
1993	1.296.706	6.352.562
1994	1.182.334	6.796.147

Fonte: IBGE.

Num movimento inverso, os atacadistas de São Paulo têm detectado, às vésperas da entressafra, que o consumidor, com a estabilidade dos preços, deixa de concentrar as compras no dia do pagamento dos salários, passando a distribuí-las ao longo do mês, tornando a procura mais regular e conferindo maior equilíbrio ao mercado.

De qualquer forma, é preciso levar em conta a probabilidade de o crescimento no consumo atingir nível acima do esperado. Neste caso, os fatos do mercado conferem uma certa tranqüilidade. O quadro de suprimento indica um estoque de passagem suficiente para 1,2 meses de consumo, na hipótese conservadora de o consumo crescer apenas 1% em relação ao ano anterior. Neste caso, este estoque de passagem também representa cerca de 10% do total consumido em 1993.

Caso seja necessário intensificar as entradas de produto importado, as condições do mercado internacional estão mais favoráveis, após o término das compras japonesas. A este respeito, as últimas informações do Usda com relação à safra japonesa de 1994 apontam para uma sensível recuperação, devendo alcançar cerca de 13,6 milhões de toneladas, contra 7,8 milhões de toneladas em 1993. Isto deverá limitar a influência do Japão no mercado internacional no próximo ano, uma vez que suas compras não deverão ultrapassar 400 mil toneladas em 1995.

Na década de 80, Goiás chegou a produzir, 1,5 milhão de toneladas Hoje, a produção do estado não ultrapassa 450 mil toneladas.

Com relação ao desempenho da atividade em período recente, a presença no mercado internacional, na condição de importador, e a concorrência com o produto oriundo do Mercosul a preços muito competitivos, causando descontentamento no meio produtor, caracterizaram o subsetor em 1993.

Com o decréscimo paulatino da produção de sequeiro dos estados centrais, que tem como grande entrave à sua expansão e desenvolvimento o gargalo existente na demanda (o mercado nos grandes centros urbanos do Centro-Sul é praticamente dominado pelo arroz agulhinha), configurou-se mais uma vez, no ano passado, um quadro deficiente de suprimento, levando o país a realizar, pelo quarto ano consecutivo, maciças importações do produto. Como se sabe, o início dos anos 90 foi assinalado pela perda da auto-suficiência, após vários anos de safras abundantes e estoques de passagem avolumados.

Para ilustrar o declínio da produção de sequeiro nos estados centrais toma-se como exemplo o estado de Goiás. Este estado que, em meados da década de 80 alternava com o Maranhão a posição de segundo maior estado pro-

dutor, seguindo o Rio Grande do Sul, chegou a produzir, fortemente amparado pela política agrícola vigente na época, cerca de 1,5 milhão de toneladas. A retirada do governo do cenário da comercialização naquela região expôs a produção de sequeiro àquele que é agora o seu maior desafio: o mercado. Na falta de comprador, a produção caiu sensivelmente: Goiás tem produzido anualmente apenas 450 mil toneladas (média dos últimos quatro anos).

De acordo com o Ipea, o Brasil é um dos poucos países que investe em pesquisa de arroz de sequeiro. O esforço de adaptar o sistema produtivo às condições regionais encontradas (e não o contrário, como muito se faz) é, de fato, interessante. Além disso, os resultados obtidos têm sido muito promissores. Entretanto, estes esforços tenderão a se anular, se continuarem a vir desvinculados de uma ação visando a aumentar a capacidade de competição do arroz de sequeiro, tanto no que se refere aos custos de colocação, quanto aos aspectos mercadológicos propriamente ditos, este último item devendo partir do próprio setor privado envolvido.

Esta característica de segmentação no mercado de arroz levou a uma condição paradoxal: apesar da alta capacidade de produção como um todo, tem-se recorrido sistematicamente ao mercado externo para complementar o quadro tradicionalmente apertado entre oferta e demanda do arroz agulhinha. No ano passado, as importações atingiram aproximadamente 850 mil toneladas, das quais 550 mil toneladas provenientes do Mercosul.

Tradicionalmente, os preços no mercado brasileiro eram balizados por parâmetros internos (oferta e demanda, disponibilidade de crédito oficial para estocagem privada etc.). Nas eventuais crises de escassez, quando era necessário recorrer ao mercado externo, as internalizações em geral se efetuavam com alguma proteção, contida nas tarifas de importação. Com a integração no Mercosul, os preços passaram também a ser influenciados pela oferta de excedentes produzidos nos demais países do bloco, sobretudo Argentina e Uruguai, parâmetro que se atrela, por sua vez, ao próprio nível da demanda brasileira.

A experiência da integração no Mercosul, iniciada no ano passado (quando a taxação média em plena safra foi baixíssima e não havia limite quantitativo para as importações), como era de se esperar, não se mostrou vantajosa para o setor rural. A entrada maciça do produto importado com cotações de 5 a 10% inferiores às praticadas internamente, durante a safra de 1993, exerceu forte pressão baixista sobre os preços, causando descontentamento no setor produtivo. Como, em 1994, aguarda-se uma comercialização melhor, alguns técnicos receiam que possa haver um esfriamento nas discussões sobre a política agrícola comum, no âmbito do Mercosul, adiando importantes questões comerciais que ainda estão por ser debatidas no interior do bloco comercial.

ELIANA CONDE B. VIGLIO

MILHO

Abastecimento sem problemas no ano-safra 1993/94

A cada novo ano, repete-se o temor de o país não conseguir dispor de produção interna de milho suficiente para as suas necessidades. Na atual temporada, porém, existe a perspectiva de que o abastecimento venha a ser assegurado quase que exclusivamente pela colheita da safra 1993/94, que deverá ser 10% maior do que as 29,2 milhões de toneladas obtidas na precedente, segundo dados da Conab.

A explicação para este bom resultado vem de duas frentes distintas. Em primeiro lugar, a colheita do Norte-Nordeste está estimada em patamar substancialmente maior do que o registrado em 1992/93, quando não alcançou 1,3 milhão de toneladas. De fato, a previsão atual de 3,4 milhões de toneladas, ainda não significa auto-suficiência local, uma vez que, *grosso modo*, estima-se que o consumo da porção setentrional oscile entre 11% e 15% do consumo total do país. Por outro lado, indubitavelmente representa um desafogo para o quadro de suprimento do país como um todo.

Em segundo lugar, a colheita da segunda safra (ou *safrinha*) no Centro-Sul dará um reforço ao suprimento de pouco mais de 2 milhões de toneladas (o equivalente a 7% da primeira safra). É de se ressaltar, contudo, que o

desempenho da *safrinha* deixou a desejar quando se o compara ao recorde de 2,4 milhões de toneladas do ano passado e à expectativa inicial de que ela viesse a se aproximar de 2,9 milhões de toneladas. Esta frustração derivou das perdas ocasionadas pelas baixas temperaturas em algumas áreas de produção durante o inverno (risco inevitável a que esta segunda safra se expõe) contrariamente ao observado em 1993.

...mesmo que a colheita interna viesse a não ser suficiente, a maior disponibilidade para exportação de milho por parte da Argentina garantiria certa tranqüilidade ao abastecimento...

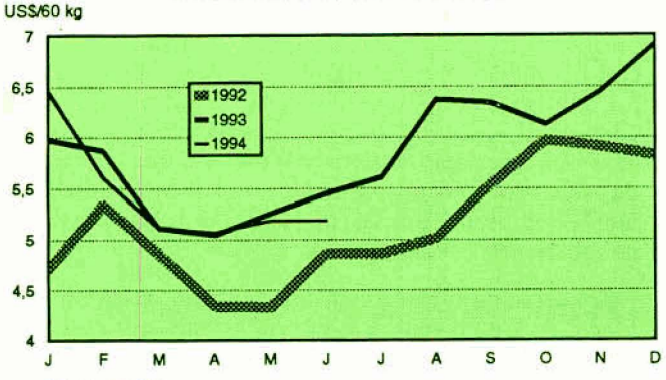
Deve-se observar que, mesmo que a colheita interna viesse a não ser suficiente, a maior disponibilidade para exportação de milho por parte da Argentina garantiria certa tranqüilidade ao abastecimento, especialmente levando-se em conta o tratamento tarifário preferencial no âmbito do Mercosul. A título de ilustração, segundo o Usda, este país sul-americano disporia de 5,5 milhões de toneladas de milho para exportação em 1993/94 (16% a mais do que em 1992/93), volume que permaneceria praticamente inalterado na projeção para a temporada 1994/95.

Em julho último, a Conab divulgou balanço de oferta e demanda para a temporada 1993/94, onde se projeta que, à oferta total de 35,5 milhões de toneladas, deverá sobrepor-se consumo de 32,7 milhões de toneladas, subentendendo estoque final da ordem de 2,8 milhões de toneladas (neste quadro, deve-se ressaltar que estão embutidas 400 mil toneladas de produto importado).

Muito embora esta relativa tranqüilidade no abastecimento evite oscilações altistas dos preços durante a entressafra, não é de se imaginar que o plantio da primeira safra da temporada 1994/95 venha a ser desdenhado pelos agricultores. Afinal, a demanda por parte da avicultura e da suinocultura deverá continuar firme, além de estar ocorrendo uma mudança no perfil dos produtores deste cereal, com crescente participação daqueles de maior porte.

Milho — Paraná

(preços médios mensais recebidos)



Fonte: Ibre/Cep.

É interessante observar que, após a excelente (e até então recorde) colheita de 30,8 milhões de toneladas de milho registrada em 1991/92, o país iniciara o ano de 1993 com a perspectiva de produzir cerca de 5% a menos. Isto porque, ao longo da comercialização relativa àquela colheita, a ampla oferta do produto ocasionara queda real nos preços (cuja média anual, em 1992, foi 21% menor do que a de 1991, no estado do Paraná), desestimulando o plantio. De qualquer forma, apesar da pressão demandadora exercida pela avicultura de corte, o mercado sentia-se seguro, devido ao estoque inicial inédito de 3,4 milhões de toneladas.

Apesar deste quadro, o país não prescindiu de importações ao longo de 1993, que alcançaram perto de 1,2 milhão de toneladas. Na verdade, antes de estas compras se terem originado da falta do produto internamente, elas se deram pela maior atratividade do grão adquirido à Argentina para os consumidores do Nordeste. Afinal, as importações oriundas daquele país estão isentas do imposto de importação. Além do mais, o custo de transporte marítimo do produto argentino à região nordestina brasileira era, ao final de abril de 1993, cerca de 60% menor do que os US$4,5/saca referentes ao transporte rodoviário proveniente do Centro-Oeste.

Tradicional na Bahia, o segundo plantio começou a se desenvolver no Paraná como opção ao trigo na safra 1986/87...

A colaboração da *safrinha* para o abastecimento do país no ano passado foi de grande monta, na medida em que sua área cultivada tem crescido por força da perda de atratividade do trigo.

Tradicional na Bahia, o segundo plantio começou a se desenvolver no Paraná como opção ao trigo na safra 1986/87, com este estado iniciando com colheita de pouco mais de 300 mil toneladas em 213 mil ha. Posteriormente, não só a área plantada ali expandiu-se, como também passaram a aderir outros estados do Centro-Sul. Atualmente, planta-se a *safrinha* também em todos os estados do Centro-Oeste, em São Paulo e em Santa Catarina.

Esta colheita complementar alcançou 2,4 milhões de toneladas em 1992/93, representando 9% da primeira safra (contra 5% registrados na temporada precedente). É de se ressaltar, também, que as condições climáticas foram muito favoráveis para o bom desempenho deste plantio, tendo em vista que o rendimento médio obtido no Centro-Sul chegou a 1.974 kg/ha, segundo dados do IBGE. Além do mais, como a entrada deste produto no mercado se dá ao início do segundo semestre, sua função é não só reforçar a oferta da primeira safra, como também abastecer o Centro-Sul ao início do tradicional período de entressafra.

Por sua vez, quando se lançaram as bases do *pacote agrícola* da safra de verão 1993/94, não se observou nenhum tratamento diferenciado para o produto em termos de preço mínimo e/ou de VBC.

No caso específico do VBC, houve um decréscimo no valor real dos recursos em todas as situações de rendi-

mento físico, frente ao registrado um ano antes. Muito embora esta perda tenha sido levemente menos acentuada entre 1.600kg/ha e 2.500kg/ha (rendimentos mais comuns), ainda assim sua variação negativa chegou a 12%.

Aguçava-se, portanto, a expectativa pessimista quanto ao plantio, até porque os preços reais recebidos pelo grão (no caso do Paraná) ao longo do ano estavam abaixo da média do período 1988-91.

Curiosamente, o que se observou, no Centro-Sul, foi um aumento de 11% na área plantada na primeira safra da temporada anterior, que passou para 12,5 milhões de hectares. A explicação para este aparente paradoxo parece residir na metodologia de apuração dos preços reais recebidos pelos produtores, realizada não pelo IGP-DI, mas pelo dólar comercial. De fato, utilizando-se este último como indexador, chega-se à conclusão de que a comercialização do milho em 1993 foi muito favorável, comparativamente ao apurado em 1992: o avanço teria chegado a 14% no Paraná, com média anual no estado da ordem de US$6,02/60kg (ver gráfico).

IRENE RAGUENET TROCCOLI

OVOS

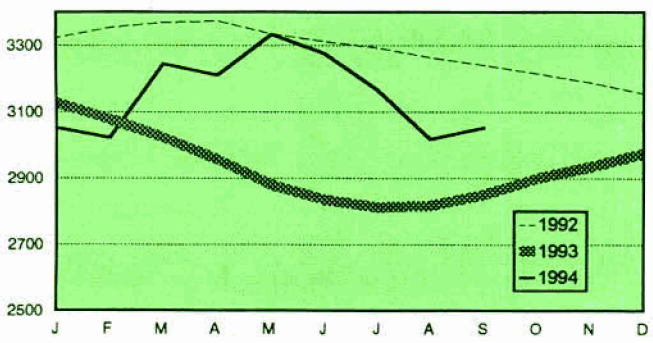
Preços refletem aumento da produção

O mercado de ovos brasileiro vem passando por fase de queda dos preços recebidos pelos produtores, em função do aumento da quantidade produzida, que, por sua vez, deriva de impulsos anteriormente havidos no alojamento de poedeiras (ver gráfico).

Entre janeiro e setembro do atual exercício, a produção média mensal de ovos foi avaliada, pela Associação Paulista de Avicultura (APA), em 1,13 bilhão de unidades, ou 7,5% acima do obtido no mesmo período do ano passado.

Brasil - produção mensal de ovos

(em milhares de caixas com 30 dúzias)



Fonte: União Brasileira de Avicultura - UBA.

Conseqüentemente, a média dos preços reais recebidos pelos produtores, ao longo do primeiro semestre do ano, retraiu-se 13% frente à do mesmo período de 1993.

Naquele ano, a média mensal produzida de 1,06 bilhão de unidades de ovos foi quase 11% inferior à registrada em 1992. Isto porque ficara claro que o mercado só poderia continuar a absorver a produção média mensal de quase 1,2 bilhão de unidades observada em 1992 à custa de queda nos preços recebidos pelos criadores. Assim, a oferta de 12,7 bilhões de unidades de 1993 remeteu este segmento produtivo a nível próximo ao registrado em 1989. Conseqüentemente, a disponibilidade *per capita* caiu para cerca de 80 unidades/ano (a menor desde 1984).

... a oferta de 12,7 bilhões de unidades de 1993 remeteu este segmento produtivo a nível próximo ao registrado em 1989...

Apenas por este motivo, os produtores conseguiram que a média real dos preços recebidos em 1993 praticamente equivalesse à do ano precedente, evidenciando a resistência que o mercado consumidor tem apresentado a quaisquer tentativas de valorização do produto.

Neste contexto, premida pela necessidade de se buscar uma maior difusão do consumo dos ovos, a APA manteve, ao longo do ano passado, os trabalhos de incentivo deslanchados com a criação da Promovos, ao final de 1992. Apoiados em pesquisa que apontava as caracterísi-

cas da mercadologia deste produto, foi desenvolvida intensa campanha junto à mídia, buscando despertar nos consumidores um maior interesse no alimento. Ao final do terceiro trimestre de 1993, a APA comemorava que, no varejo da cidade de São Paulo, o preço da dúzia de ovos brancos acumulara aumento real de 25% frente ao valor de janeiro, resultado direto do esforço concentrado de promoção junto aos pontos de venda.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

SOJA

A antecipação foi um bom negócio

A atual fraqueza dos preços da soja no mercado internacional não constitui maior problema para os produtores brasileiros que, mais uma vez, anteciparam as vendas. Agindo deste modo, precaveram-se contra a quase certa ampliação da oferta norte-americana, cuja real dimensão só pôde ser mais claramente definida em agosto. Houve, é bem verdade, bastante expectativa quanto à possibilidade de novos problemas climáticos danificarem as lavouras dos EUA.

Aqueles produtores que optaram por manter o produto estocado, porém, enfrentaram perdas razoáveis, em julho. A atual safra, estimada pelo IBGE em 25 milhões de toneladas, é a maior já colhida no país. Registre-se que as estimativas quanto ao tamanho da colheita de verão sempre provocam controvérsias. O próprio critério de se denominar de "safra de grãos" já representa problemas, por sua composição heterogênea e por congregar, de fato, três safras anuais (das águas, da seca e a chamada *safrinha*). Desta feita, além disso, o total apresentado (76 milhões de toneladas) pareceu superdimensionado e nele se destacam apenas dois produtos, a própria soja e o milho, responsáveis por cerca de 73% do total colhido. Destes, a soja não teve sua estimativa de safra contestada. Afinal, as boas condições da comercialização durante o ano passado faziam prever que a área de cultivo seria ampliada e as vendas de insumos para a sojicultura sempre apontaram para maior produção (a ampliação da área, de 8%, só foi inferior àquelas do algodão e do feijão, de 14%).

... o total apresentado (76 milhões de toneladas) pareceu superdimensionado e nele se destacam apenas dois produtos, a própria soja e o milho, responsáveis por cerca de 73% do total colhido.

A antecipação das vendas tem sido uma estratégia de sucesso e responde por boa parte do êxito na comercialização. No ano passado, apesar de alguma instabilidade no mercado, verificou-se também forte movimento de antecipação. Excetuando-se os meses de fevereiro e março de 1993, as cotações externas foram sempre superiores às de um ano antes e, a partir do momento em que se divulgaram os efeitos das enchentes do rio Mississipi, subiram bastante (o pico foi de US$258,51/t, em 22 de julho).

Como durante quase todo o ano, o mercado interno esteve "aquecido", os embarques para o exterior foram mais morosos do que em 1992. Destaque-se que, nos casos dos dois derivados, farelo e óleo, a safra anterior começou sob pressão da oferta norte-americana e seus preços só se recuperaram a partir de junho, para o primeiro, e agosto, para o segundo.

Brasil
Balanço de oferta e demanda de soja em grão
1988/89 a 1993/94 (em mil t)

Discriminação	88/89	89/90	91/92	90/91	92/93	93/94[1]
Estoque inicial	505	1.240	770	820	650	810
Produção	23.579	20.444	19.456	15.757	22.780	24.500
Importação	63	10	507	350	10	100
Sementes e perdas	2.100	1.300	1.427	1.200	1.700	1.700
Exportação	4.168	4.139	3.900	1.900	4.159	5.200
Esmagamento	16.189	15.435	14.756	13.057	16.771	17.700
Estoque final	1.240	820	650	770	810	810

Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

[1] Previsão.

As estimativas concernentes ao plantio da safra de 1993/94 começaram a ser divulgadas em outubro, pela Conab. Considerando-se que o agricultor estava-se capitalizando, que vinha usando novas formas de financiamento e que o emprego de tecnologia dava indícios de melhoria, a primeira previsão dava conta de um total produzido, em 1994, de em média 24,5 milhões de toneladas. Esta previsão também foi adotada pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) (ver tabela).

Este ano, a comercialização também se caracterizou pelas vendas antecipadas pelos agricultores, que superaram a média dos anos anteriores. Os demais componentes do complexo, o farelo e o óleo, apresentam comportamentos díspares. Apesar de o primeiro contar, igualmente, com preços superiores aos da safra passada, a média de preços de 1993/94 está abaixo da média histórica, em razão da menor atividade da avicultura, no período. Para o óleo, a situação é outra, com preços elevados, acima da média do período, devido à influência da conhecida escassez no mercado externo. Esta falta, aliás, não é só do óleo de soja. Com efeito, para a produção total dos óleos vegetais, estimada pelo Departamento de Agricultura dos EUA, 62,68 milhões de toneladas, o mesmo órgão contrapõe a estimativa de consumo global de 62,92 milhões de toneladas. Tais números reduziram o estoque final do período, de 6,1 milhões de toneladas para 5,7 milhões de toneladas. Deste modo, a atual safra recorde de soja da América do Sul (39 milhões de toneladas) não consegue compensar a redução ocorrida nas produções mundiais da própria soja, do girassol e do algodão.

Isto, porém, já foi absorvido pelo mercado, que está lidando agora com a informação de que cerca de 80% das lavouras de soja dos EUA encontram-se em condições de boas a excelentes. No ano passado, estas duas categorias correspondiam a tão-somente 45% da safra. Outro dado importante é que os EUA tornam-se, agora, o mais destacado fornecedor de soja, o que persistirá até o início de 1994. Assim, apesar de os preços futuros estarem registrando baixa, a pressão da demanda mundial tenderá a impedir maiores quedas. Cabe registrar que, internamente, as primeiras semanas do Plano Real trouxeram alguma perplexidade ao mercado, com a persistência dos temores de que a sobrevalorização do câmbio venha a prejudicar as exportações.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

CARNE BOVINA

Queda-de-braço

De maneira que já se tornou praxe em época de planos de estabilização, a pecuária bovina volta a despertar grande interesse e atenção, dada a importância óbvia da carne na alimentação. Da mesma forma, a característica sazonal da oferta deste produto o torna alvo de preocupação com relação aos seus impactos nos índices de medida da inflação.

A pecuária bovina brasileira vem se modernizando de forma significativa. As mudanças tecnológicas observadas no setor, com efeitos principalmente após meados da década dos 80, têm atenuado a amplitude das flutuações de preços do antigo ciclo pecuário de seis a sete anos. Da mesma forma, e aparentemente pelo mesmo motivo, tem-se verificado para o período mais recente uma atenuação na amplitude de variação de preços da safra/entressafra bovina. Assim, a diferença percentual entre os maiores e menores valores reais do boi gordo nos últimos anos foram de 63,9% em 1990, 45,3% em 1991, 24,3% em 1992, e 30,9% em 1993. Em 1994, até o mês de julho, o maior diferencial é de 20,5%.

Observa-se no momento uma queda-de-braço entre pecuaristas e frigoríficos pela elevação dos preços.

Outro fato bem estabelecido na pecuária de corte brasileira é o papel de ativo financeiro desempenhado pelo boi. Este papel — que, de fato, sempre existiu, dada sua alta liquidez — foi exacerbado a partir do

início da "era dos choques heterodoxos", iniciada com o Plano Cruzado, em 1986. Com base na observação acima, havia grande preocupação a respeito de qual seria o comportamento dos preços do setor durante o plano de estabilização em curso. Como pode ser observado nos dados do gráfico 1, entretanto, que mostra a evolução dos preços do boi gordo desde o início de 1993 até aqui, o setor evoluiu de forma absolutamente normal.

O pecuarista recebe de fato quando abate o animal e não quando da contratação do preço com o frigorífico.

Observa-se que, desde o pico de preços, em agosto de 1993, quando o preço da arroba atingiu a marca de R$31,00 para pagamento em 20 dias, houve decréscimo nos preços reais do boi gordo recebidos pelos pecuaristas de corte. Este decréscimo foi praticamente contínuo até o mês de julho passado, quando o preço do boi gordo no estado de São Paulo atingiu a marca de R$22,42 para pagamento em 20 dias. Deve-se notar, portanto, que não houve a tão temida explosão de preços.

Os preços acima mencionados, entretanto, são para pagamento em um prazo referencial mínimo de 20 dias. O pecuarista recebe de fato quando do abate do animal e não, quando da contratação do preço com o frigorífico. Como entre a contratação do preço e o abate pode transcorrer um período de, em alguns casos, até uma semana, o preço real recebido pelo pecuarista precisa ainda ser descontado por este prazo, que é variável. Estes dados podem ser observados no gráfico 2, que traz os dados diários do preço do boi gordo no estado de São Paulo desde o início de junho de 1994, descontados pelo prazo médio de pagamento através da taxa média das Notas Promissórias Rurais (NPR).

Existem dois efeitos se contrapondo aqui: o das geadas e o da expectativa gerada pelo Plano Real.

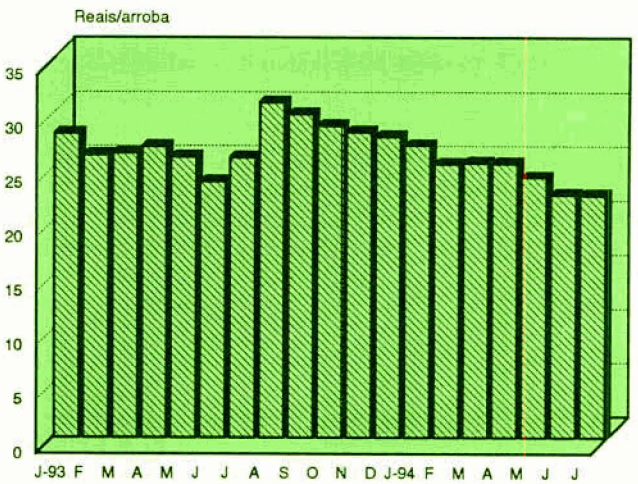
Nesta nova apresentação, os dados mostram que os valores reais à vista do boi gordo naquele estado estão em elevação, o que é natural para esta época do ano. Deve-se notar que existem dois efeitos se contrapondo aqui: o das geadas do mês de julho, que deveriam ter elevado a oferta, dado o prejuízo às pastagens, e o da expectativa gerada pelo início do Plano Real, em julho, que deveria ter agido em sentido contrário.

O que se observa no momento é uma queda-de-braço entre pecuaristas e frigoríficos, pela elevação dos preços. Apesar das geadas, a oferta continua retraída. Com o baixo nível de consumo atual, entretanto, não tem sido possível ratificar no varejo elevações de preços ao produtor, o que tem gerado pouca atividade em termos de abate, tendo sido freqüente a paralisação temporária das compras por parte dos frigoríficos.

A valorização recente do real em relação ao dólar elevou consideravelmente os preços quando cotados naquela moeda, o que está trazendo dificuldades para a exportação. No gráfico 2 pode-se visualizar, ainda, o valor do Índice BM&F/boi/Esalq que dá o valor diário do boi gordo no estado de São Paulo em dólares por ar-

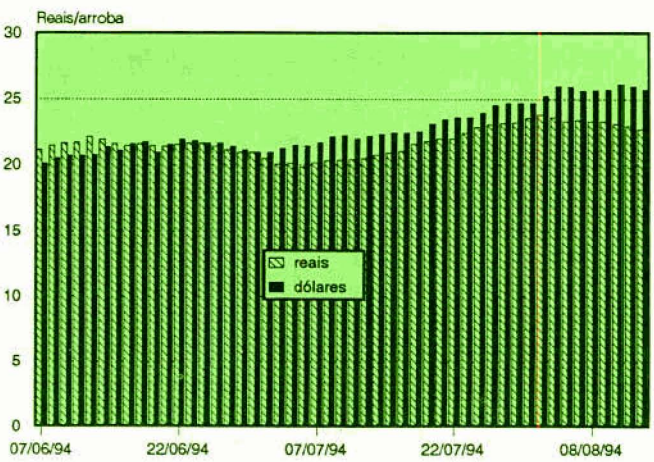
Boi gordo

(preços reais)



Preços reais do boi gordo

(descontados pelo prazo de pagamento)



roba, à vista. Como se pode ver, o preço da arroba do boi gordo em dólares descola do preço em reais a partir do início do mês de julho, diferença que se acentua bastante a partir do início de agosto.

Esta situação deverá reverter o cenário positivo que se desenhava, desde o início deste ano, para as exportações de carne bovina do Brasil, com base na queda da produção, redução dos rebanhos e queda dos estoques do produto na União Européia. Além disso, frustra a expectativa de melhora nas exportações devido aos progressos conseguidos internamente no controle da febre aftosa. Felizmente, para o produtor, a demanda para exportação representa apenas algo em torno de 7% dos abates totais anualmente. No entanto, os frigoríficos especializados nesta modalidade de produção terão dificuldades, o que poderá gerar impactos regionais na produção.

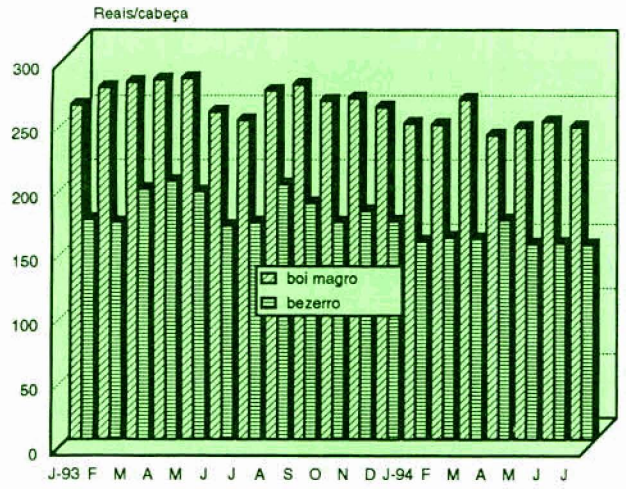
Esta aparente tranqüilidade no mercado do boi gordo se transmite para as categorias inferiores. Desta forma, os preços do boi magro estão, desde o início do ano, abaixo, em termos reais, da média dos últimos 12 meses, que foi de R$254,38 por cabeça no estado de São Paulo. O mesmo acontece com o preço dos bezerros, também desde janeiro abaixo da média de preços para os últimos 12 meses, que foi de R$165,42, com exceção do mês de abril. Estes dados podem ser observados nos gráficos 3 e 4.

Esta aparente tranqüilidade no mercado do boi gordo se transmite para as categorias inferiores.

Como se pode ver, portanto, com exceção do cenário pessimista para as exportações, o panorama da pecuária bovina é de relativa tranqüilidade. A partir deste mês, deverão começar a entrar no mercado bois gordos provenientes de confinamento, o que poderá melhorar a oferta. Neste momento, entretanto, os frigoríficos têm tido dificuldades de comprar bois gordos a preços abaixo de R$24,00 a prazo, valor que, descontado pela taxa média da NPR, corresponde a aproximadamene R$23,00 à vista (ou US$26,00). O que está *segurando* o preço do boi gordo nos níveis atuais é exatamente a demanda. O comportamento desta, doravante, é que determinará o ritmo da evolução dos preços da pecuária bovina nesta entressafra.

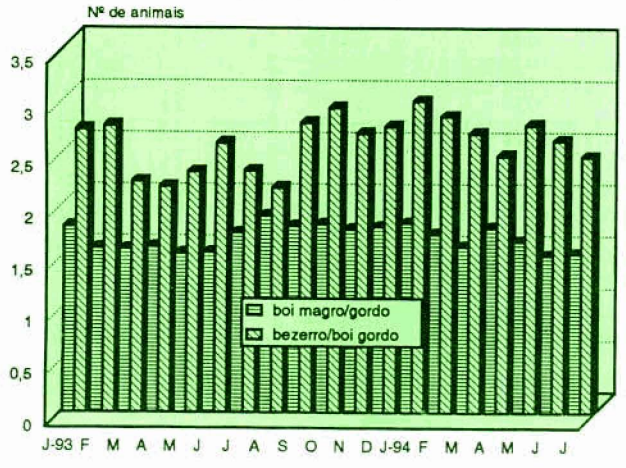
Boi magro e bezerro

(preços reais)



Pecuária bovina

(relações de troca)



REFERÊNCIA

Fundação de Estudos Agrários "Luíz de Queiróz". *Preços Agrícolas*. Piracicaba, SP, Cepea/Esalq/DESR. vários números.

JOAQUIM BENTO DE SOUZA FERREIRA FILHO.

Prof. assistente do Depto. de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura "Luíz de Queiróz" — Esalq, da Universidade de São Paulo — USP. Piracicaba, SP.

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1994

Resultados de julho de 1994

Discriminação	Em CR$			Em R$		
	Variação %	Ponderação	Influência no IABAG	Variação%	Ponderação	Influência no IABAG
Total do mês	34,13	100,00	34,13	10,93	100,00	10,93
Itens do IPA-DI	34,17	59,37	20,29	11,77	60,72	7,15
Alimentação	36,27	27,20	9,87	11,81	27,82	3,29
Matéria-prima bruta	32,39	32,17	10,42	11,74	32,90	3,86
Algodão arbóreo	35,63	0,14	0,05	25,00	0,14	0,04
Algodão herbáceo	34,33	1,13	0,39	15,37	1,16	0,18
Amendoim	24,52	0,12	0,03	3,40	0,12	0,00
Arroz em casca	38,00	2,25	0,85	16,15	2,30	0,37
Aves	37,74	2,01	0,76	15,08	2,06	0,31
Babaçu	12,69	0,09	0,01	5,51	0,09	0,01
Borracha hévea	16,45	0,16	0,03	0,00	0,16	0,00
Bovinos	17,48	7,76	1,36	-1,88	7,94	-0,15
Cacau	20,50	0,71	0,15	-8,03	0,73	-0,06
Café em coco	78,52	3,68	2,89	45,37	3,77	1,71
Cana-de-açúcar	47,34	3,96	1,88	26,55	4,05	1,08
Cevada	11,46	0,06	0,01	0,00	0,06	0,00
Erva-mate (bruta)	23,15	0,04	0,01	-3,85	0,04	0,00
Fumo em folha	48,53	0,37	0,18	27,24	0,38	0,10
Juta	65,47	0,03	0,02	33,37	0,03	0,01
Leite *in natura*	15,09	4,09	0,62	4,54	4,18	0,19
Malva	68,81	0,04	0,03	29,13	0,04	0,01
Soja	20,80	2,09	0,43	-4,35	2,13	-0,09
Suínos	31,04	1,06	0,33	10,38	1,08	0,11
Trigo	17,31	2,40	0,42	2,05	2,45	0,05
Itens do IPC-BR	34,08	40,63	13,85	9,63	39,28	3,78
Alimentação	34,69	37,16	12,89	10,24	35,84	3,67
Gêneros alimentícios	34,54	32,64	11,28	9,96	31,56	3,14
Adoçantes	19,71	1,02	0,20	-2,71	0,99	-0,03
Arroz e feijão	34,03	1,59	0,54	9,01	1,55	0,14
Aves e ovos	36,49	1,60	0,58	11,81	1,51	0,18
Bebidas não-alcoólicas	30,53	2,26	0,69	6,55	2,18	0,14
Carne bovina	20,52	3,12	0,64	-2,19	2,99	-0,07
Carne suína	39,62	0,14	0,06	13,89	0,14	0,02
Carnes e peixes industrializados	34,13	1,88	0,64	9,47	1,81	0,17
Condimentos	33,87	1,23	0,42	8,69	1,25	0,11
Doces e chocolates	26,97	0,86	0,23	3,53	0,84	0,03
Frutas	52,48	2,45	1,28	28,00	2,58	0,72
Hortaliças	60,43	3,50	2,11	31,30	3,37	1,06
Laticínios	25,91	5,04	1,30	2,16	4,83	0,10
Massas e farinhas	20,90	1,35	0,28	-1,85	1,31	-0,02
Óleos e gorduras	30,67	1,15	0,35	6,45	1,12	0,07
Outros gêneros alimentícios	25,72	0,34	0,09	2,01	0,33	0,01
Panificados	34,90	3,65	1,28	9,47	3,33	0,32
Pescado	44,40	0,78	0,35	17,41	0,74	0,13
Enlatados e conservas	33,07	0,67	0,22	9,05	0,68	0,06
Alimentação	35,73	4,52	1,62	12,28	4,28	0,53
Bebidas alcoólicas e fumo	27,55	3,47	0,96	3,34	3,44	0,12

IABAG x IGP-DI

De janeiro a julho, a variação acumulada do IABAG alcançou 1.085,8%, resultado que supera em 11,2% a do IGP-DI (976,4%). Essas taxas acumuladas encontravam-se bem mais próximas em junho, IABAG 784% e IGP-DI 763%, sendo a diferença de 2,8%. O fator determinante para sua ampliação foi a sensível discrepância entre as taxas mensais em julho, quando para o IGP-DI foi registrada alta de 24,7% , e para o IABAG elevação de 34,1%.

Os produtos que maior influência tiveram no IABAG de julho foram café em coco, com alta de 78,5%, hortaliças (+60,4%) e cana-de-açúcar (+47,3%).

IABAG em reais

Em julho o IABAG foi também calculado em reais, tendo sido verificada elevação de 10,93%, enquanto o IGP-DI em reais apresentava alta de 5,47%.

Cabe destacar, entre as mais importantes influências sobre o índice em reais: café em coco (+45,4%), hortaliças (+31,3%), frutas(+28,0%) e cana-de-açúcar (+26,6%).

IPA x IPA-ALI

Na confrontação entre o IPA e o IPA - Gêneros Alimentícios, em termos acumulados janeiro/julho, observa-se que o IPA-ALI, com 1.041,0% de aumento, superou o IPA (910,9%) pela margem de 14,3%. A ampliação da diferença observada em junho, que era de apenas 2,2%, deve-se ao fato de a taxa mensal para o IPA-ALI (36,3%) ter ficado bem acima daquela referente ao IPA como um todo (23,1%).

Em reais o IPA em julho registrou alta de 4,4%, e a taxa mensal do IPA-ALI atingiu 11,8%.

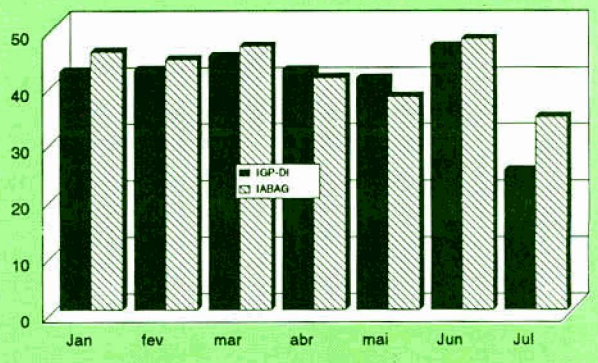
IPC x IPC-ALI

Enquanto a variação acumulada do IPC no período janeiro/julho alcançava 1.101,0%, a do IPC - Alimentação chegava a 1.169,2%. A diferença entre ambas (4,4% em junho) pouco se alterou em julho (passou para 6,2%), uma vez que as taxas mensais estiveram bem mais próximas umas das outras, em comparação com os índices anteriormente apresentados; o IPC teve alta de 32,5% e o IPC-ALI elevação de 34,7%.

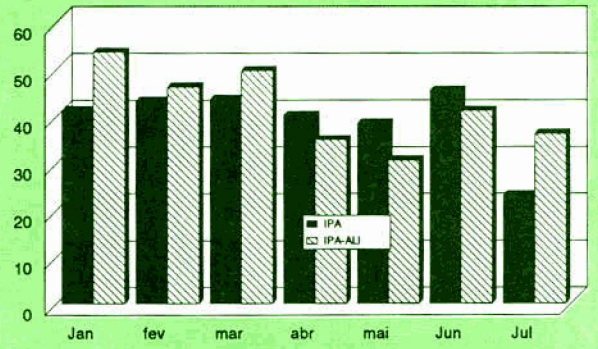
O IPC calculado em reais foi de 8,1% em julho e o IPC-ALI ficou em 10,3%.

RUBENS ABDELHAY

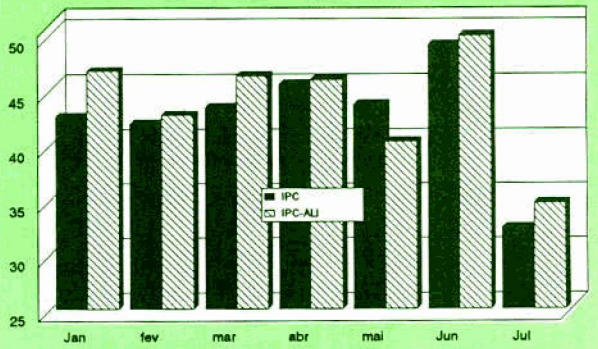
Variação mensal IGP-DI x IABAG — 1994



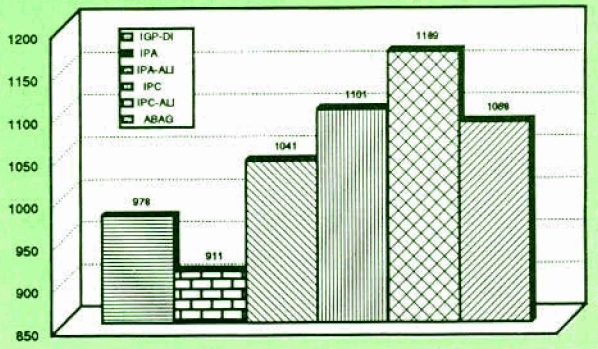
Variação mensal IPA x IPA-ALI — 1994



Variação mensal IPC x IPC-ALI — 1994



Variação acumulada no ano — Jan./Jun. 1994



IBGE — SÍNTESE ESTATÍSTICA

Produção

A queda na produção de laranja é reflexo da seca registrada nos meses de outubro e novembro do ano passado no estado de São Paulo, que prejudicou as árvores, assim como da ocorrência do fungo *colletotrichum* ou *blossom blight*, que afetou a produtividade.

As estimativas para o feijão mostram, até o momento, um recorde de produção atribuído basicamente ao bom comportamento climático e também ao aumento na área de plantio e boa produtividade das lavouras das segunda e terceira safras.

Já as produções de milho e soja vêm crescendo, acompanhando a expansão da área. Para o primeiro produto, o aumento deve-se aos elevados preços recebidos pelos agricultores, e para o segundo, o incremento deve-se principalmente à quebra da safra norte-americana do ano passado e à antecipação das vendas no mercado interno que estimularam os produtores.

Outro produto que teve sua produção notadamente em destaque foi a maçã, beneficiada pelo clima e perspectivas de novos pomares e entrando na fase produtiva.

Produção anual das lavouras (em 1.000t)

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994*
Algodão em caroço	1.813	2.076	1.876	1.134	1.383
arbóreo	38	39	22	8	22
herbáceo	1.783	2.038	1.863	1.126	1.361
Amendoim em casca	137	139	171	150	158
Arroz em casca	7.419	9.496	9.962	10.143	10.630
Banana	550	553	561	559	584
Batata inglesa	2.219	2.265	2.421	2.359	2.447
1ª safra			1.406	1.285	1.325
2ª safra			699	724	766
3ª safra			317	350	356
Cacau	355	320	328	340	348
Café em coco	2.926	3.051	2.587	2.555	2.590
Cana-de-açúcar	262.605	260.839	271.432	244.303	280.940
Cebola	887	879	886	917	989
Feijão em grão	2.219	2.749	2.795	2.432	3.348
1ª safra			1.553	1.343	1.657
2ª safra			1.019	808	1.434
3ª safra			228	281	257
Fumo em folha	444	413	577	657	542
Laranja	87.531	94.512	98.286	93.822	93.128
Mandioca	24.285	24.531	21.918	21.911	24.209
Milho em grão	21.341	23.739	30.557	30.065	32.135
1ª safra			29.096	27.799	29.796
2ª safra			1.460	2.266	2.339
Pimenta do reino	75	84	33	41	36
Soja em grão	19.888	14.938	19.185	22.694	24.798
Tomate	2.255	2.339	2.133	2.340	2.428
Trigo em grão	3.093	2.921	2.796	2.201	2.374
Uva	786	618	799	786	792
Abacaxi	736	779	809	818	975
Alho	71	85	78	87	91
Aveia em grão	178	228	295	261	325
Castanha de caju	108	186	108	62	197
Centeio em grão	5	6	7	5	5
Cevada em grão	157	111	128	110	113
Coco da Bahia	734	849	879	823	869
Guaraná	2	2	2	2	2
Juta (fibra)	4	3	3	4	2
Maçã	2.718	2.633	2.997	3.493	3.644
Mamona	148	129	102	42	60
Malva (fibra)	19	12	19	17	16
Rami (fibra)	10	8	7	7	4
Sisal (sisal)	185	234	204	126	131
Sorgo em grão	236	254	285	251	275

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal.
* Dados do mês de julho.

Área

Para o trigo, as projeções da área colhida mostram uma contínua retração proveniente da saída do governo da comercialização e da chegada de importação do produto mais barato.

A laranja também apresenta redução na área colhida, reflexo dos preços desestimulantes do suco de laranja.

Com grande aumento na área colhida aparece a estimativa para a cana-de-açúcar que vem se expandindo em face da tendência altista dos preços do açúcar, principalmente no mercado externo.

VIRGINIA VIEIRA

Área colhida (em 1.000 ha)

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994*
Algodão em caroço	1.895	1.830	1.878	1.057	1.203
arbóreo	512	345	284	137	126
herbáceo	1.383	1.484	1.594	920	1.077
Amendoim em casca	87	88	100	85	91
Arroz em casca	3.945	4.127	4.687	4.421	4.441
Banana	487	490	516	521	522
Batata inglesa	158	161	172	162	168
Cacau	664	667	731	733	727
Café em coco	2.906	2.767	2.498	2.257	2.125
Cana-de-açúcar	4.271	4.211	4.201	3.863	4.216
Cebola	74	76	75	71	79
Feijão em grão	4.680	5.443	5.142	3.808	5.394
Fumo em folha	272	286	343	372	337
Laranja	910	981	987	798	836
Mandioca	1.934	1.943	1.826	1.814	1.841
Milho em grão	11.389	13.110	13.389	11.868	13.727
Pimenta-do-reino	33	37	29	23	21
Soja em grão	11.481	9.618	9.436	10.627	11.483
Tomate	61	61	52	53	57
Trigo em grão	2.681	1.995	1.958	1.509	1.348
Uva	57	57	60	60	59
Subtotal	*47.987*	*47.947*	*48.079*	*44.103*	*49.018*
Abacaxi	33	34	36	38	44
Alho	17	19	17	17	17
Aveia em grão	193	263	284	266	291
Castanha de caju	583	645	695	689	690
Centeio em grão	4	5	7	6	4
Cevada em grão	105	97	67	67	57
Coco da Bahia	214	228	236	228	231
Guaraná	11	7	7	7	7
Juta (fibra)	3	3	3	3	2
Maçã	22	26	24	26	27
Mamona	290	233	175	140	110
Malva (fibra)	21	13	16	10	10
Rami (fibra)	7	6	5	5	3
Sisal (sisal)	249	300	264	179	169
Sorgo em grão	138	172	159	125	149
Subtotal	*1.297*	*1.398*	*1.292*	*1.110*	*1.117*
Total	**49.284**	**49.345**	**49.371**	**45.213**	**50.135**

Fonte:IBGE, Produção Agrícola Municipal.
*Dados do mês de julho.

OFERTA E DEMANDA

Soja

A conjugação da safra recorde brasileira à quebra da safra norte-americana fez com que as exportações brasileiras de 1993/94 ultrapassassem a barreira das 5 milhões de toneladas.

Exportações recordes de soja em grão em 1993/94

Brasil - Soja em grão
Anos-safra 1989/90 a 1993/94 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	1.510,1	20.101,3	16,3	16.667,1	4.140,6	820,0
1990/91	820,0	15.394,9	281,8	14.019,8	1.926,9	550,0
1991/92	550,0	19.418,6	507,0	16.092,3	3.733,3	650,0
1992/93	650,0	23.042,0	10,0	18.346,7	4.166,1	1.189,2
1993/94	1.189,2	25.059,1	0,0	19.746,7	5.500,0	1.001,6

Fontes: Conab/Dipla, Abiove, Secex (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1992/93 e projeção para 1993/94; data-base: 1º fev.

Feijão

Após ter-se estagnado em 1992/93, o consumo total de feijão evoluiu 4,5% na atual temporada, atingindo recorde histórico de quase 3 milhões de toneladas.

O consumo voltou a crescer em 1993/94

Brasil - Feijão
Anos-safra 1989/90 a 1993/94 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	76,7	2.339,9	70,3	2.370,8	0,0	116,1
1990/91	116,1	2.806,2	88,6	2.638,1	0,0	372,8
1991/92	372,8	2.902,4	57,7	2.795,6	0,0	537,3
1992/93	537,3	2.402,9	54,9	2.795,6	0,0	199,5
1993/94	199,5	3.123,1	42,0	2.921,4	0,0	443,2

Fontes: Conab/Dipla (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1992/93 e projeção para 1993/94; data-base: 1º nov.

Arroz em casca

Desde a temporada 1991/92, o crescimento anual de 1% no consumo total de arroz tem sido inferior ao crescimento populacional, subentendendo queda no consumo *per capita*.

O consumo de arroz evoluiu apenas 1% nos quatro últimos anos-safra

Brasil - Arroz em casca
Anos-safra 1989/90 a 1993/94 (em mil t)

Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	4.472,9	7.967,6	717,6	11.000,0	10,8	2.147,3
1990/91	2.147,3	9.996,8	1.296,6	11.220,0	2,1	2.218,6
1991/92	2.218,6	10.102,8	732,3	11.332,2	2,2	1.719,3
1992/93	1.719,3	9.902,8	880,9	11.445,5	4,3	1.053,2
1993/94	1.053,2	10.858,6	850,0	11.560,0	2,2	1.199,6

Fontes: Conab/Dipla, Cacex, BCSP, IBGE, importadores e agentes de mercado (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1992/93 e projeção para 1993/94; data-base: 1º mar.

Milho

Com o consumo impulsionado especialmente pela avicultura de corte, o quadro de abastecimento do milho em 1993/94 foi menos folgado do que o anterior, em face do menor estoque inicial e da retração nas importações.

Estoque final de milho inferior a 3 milhões de toneladas em 1993/94

Brasil - Milho
Anos-safra 1989/90 a 1993/94 (em mil t)

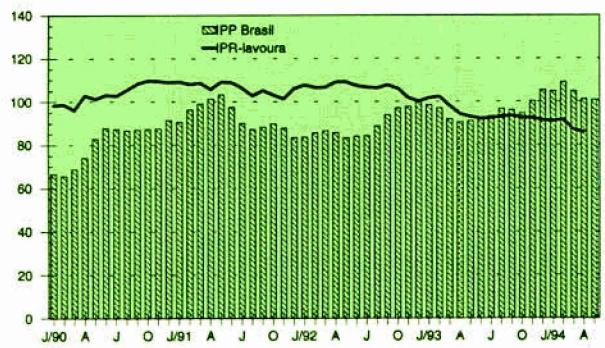
Ano-safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Consumo	Exportação	Estoque final
1989/90	3.079,7	22.257,4	700,0	24.800,0	0,0	1.237,1
1990/91	1.237,1	24.041,4	832,2	25.288,0	0,0	822,7
1991/92	822,7	30.770,8	340,0	28.500,0	0,0	3.433,5
1992/93	3.433,5	29.179,7	1.220,0	30.775,0	0,0	3.058,2
1993/94	3.058,2	32.046,7	400,0	32.732,0	0,0	2.772,9

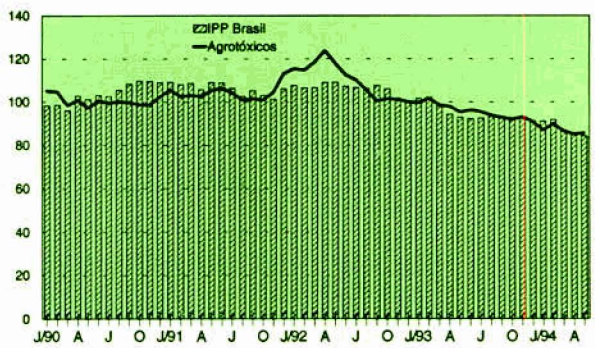
Fontes: Conab/Dipla (estimativas de julho de 1994).
Obs.: Dados preliminares para 1992/93 e projeção para 1993/94; data-base: 1º mar.

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores (base: dezembro de 1992=100)

Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,60	0,60	0,62	0,80	0,66
1991	3,29	3,33	3,27	3,76	3,45
1992	36,91	36,08	38,32	39,42	37,77
1993	257,66	245,62	277,11	292,61	269,43
Jan.-93	126,68	126,01	127,73	132,62	128,75
Fev.	157,76	151,01	168,52	167,97	161,28
Mar.	190,93	180,71	207,56	215,43	199,23
Abr.	241,58	231,68	257,13	282,53	255,27
Maio	320,91	308,33	340,56	367,95	336,79
Jun.	422,53	400,30	458,20	477,72	441,29
Jul.	568,26	535,14	621,98	658,45	598,62
Ago.	784,67	736,35	863,55	926,79	832,16
Set.	1.070,23	1.014,08	1.159,97	1.237,31	1.126,64
Out.	1.425,10	1.360,43	1.524,36	1.559,48	1.472,26
Nov.	2.066,37	1.964,69	2.224,01	2.102,21	2.082,35
Dez.	2.957,24	2.834,12	3.143,63	2.900,82	2.942,86
Jan.-94	4.183,73	3.988,31	4.483,91	3.969,41	4.115,73
Fev.	6.200,68	5.690,55	7.033,77	5.337,06	5.903,05
Mar.	8.639,09	7.877,38	9.902,23	7.662,36	8.311,50
Abr.	11.863,33	10.339,45	14.546,66	10.730,14	11.491,70
Maio	16.665,08	13.744,92	22.147,54	15.069,74	16.141,73
Jun.	24.153,62	19.598,58	32.911,89	23.768,69	24.113,64
Jul.	26.224,60	20.145,24	38.707,88	25.395,63	26.036,05

Brasil — índices corrigidos





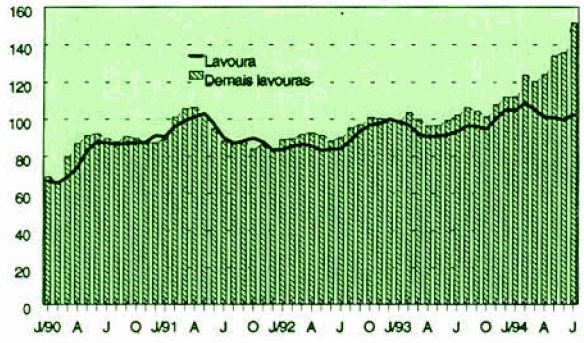
IPR/IPP. O gráfico mostra que, a partir de meados de 1993, a relação de troca se torna favorável aos agricultores, mesmo quando, nos primeiros meses do corrente ano, os preços recebidos entram numa trajetória declinante.

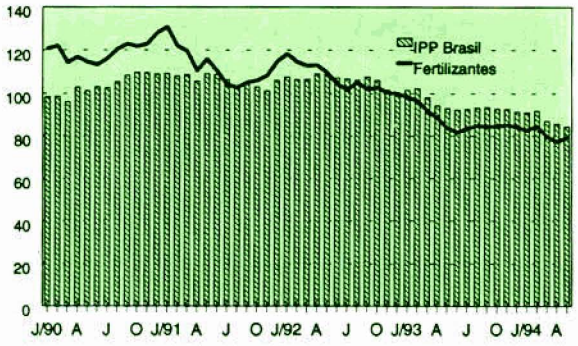
Agrotóxicos/IPP. Com pequenas exceções, o índice de preços pagos por agrotóxicos se mostra bastante próximo ao comportamento do índice médio dos preços de insumos.

Brasil — índice de preços pagos pelos agricultores (base: dezembro de 1992=100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,66	0,85	0,71	0,68	0,60	0,86	0,75
1991	3,88	4,03	3,82	3,02	3,08	4,81	3,83
1992	39,46	41,12	41,79	39,90	43,97	43,33	41,53
1993	252,55	238,61	264,11	239,67	287,63	290,35	259,13
Jan.-93	127,18	126,66	128,15	126,89	126,38	150,09	130,78
Fev.	158,09	157,21	165,60	159,55	179,38	186,01	166,51
Mar.	186,35	190,96	205,25	203,00	212,12	236,04	204,07
Abr.	238,86	236,02	261,29	237,77	272,37	277,96	251,50
Maio	303,70	295,35	336,40	289,29	347,33	418,38	327,83
Jun.	413,34	376,51	444,23	390,97	483,18	488,27	425,15
Jul.	561,85	508,02	581,15	489,33	656,69	635,61	563,38
Ago.	759,38	688,75	763,07	697,79	888,64	805,05	756,39
Set.	1.027,40	938,43	1.034,32	938,26	1.198,24	1.189,60	1.040,63
Out.	1.369,50	1.271,16	1.383,34	1.279,03	1.626,87	1.539,24	1.394,12
Nov.	1.860,58	1.755,20	1.917,69	1.754,41	2.225,46	2.071,96	1.907,54
Dez.	2.567,41	2.361,63	2.553,23	2.343,50	3.058,78	2.687,81	2.563,46
Jan.-94	3.654,66	3.293,08	3.469,64	3.269,23	4.153,64	4.174,77	3.631,66
Fev.	5.428,85	4.806,92	5.109,15	4.524,23	5.772,44	5.939,57	5.215,86
Mar.	7.869,83	6.564,90	7.127,36	6.072,28	7.749,73	8.055,95	7.164,56
Abr.	10.948,98	9.062,85	9.989,92	8.601,82	11.147,13	11.293,88	10.044,92
Maio	15.014,23	13.085,48	14.152,42	11.311,30	15.202,45	15.588,38	13.939,34
Jun.	20.910,17	18.961,52	20.270,23	15.953,12	23.007,55	21.711,80	19.970,76

Brasil — índices corrigidos





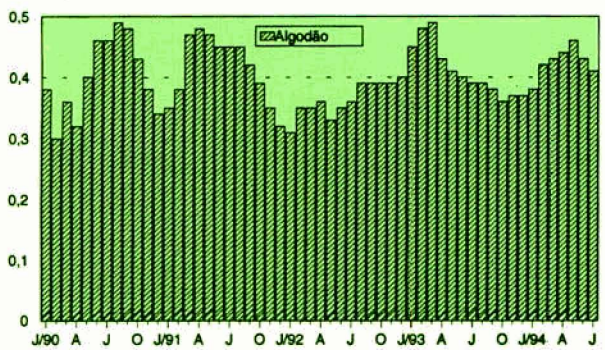
Lavoura/Demais lavouras. A desagregação do índice de preços recebidos pelos agricultores mostra que o subconjunto Demais lavouras (abrangendo os produtos não-atendidos pela PGPM) teve aumento substancialmente maior. Reflete-se aí o impacto das altas nos preços do café.

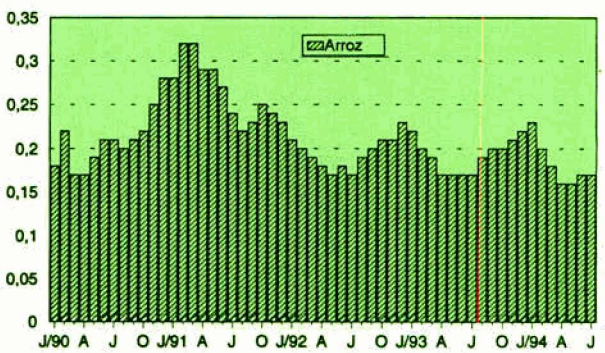
Fertilizantes/IPP. Desde o início de 1993, os preços dos fertilizantes entraram numa trajetória declinante. Isto contribui para explicar o desempenho das vendas do insumo.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores (em R$ de julho de 1994)

Anos/Produtos	Algodão em caroço	Amendoim em casca	Arroz em casca	Banana	Batata inglesa	Cacau	Café em coco	Cana-de-açúcar
1990	0,40	0,35	0,21	0,27	0,32	13,41	0,53	11,65
1991	0,41	0,41	0,26	0,28	0,34	15,19	0,51	12,45
1992	0,36	0,28	0,19	0,20	0,22	15,05	0,44	12,93
1993	0,41	0,36	0,19	0,21	0,24	13,29	0,55	11,55
Jan.-93	0,45	0,25	0,22	0,19	0,24	12,45	0,64	10,32
Fev.	0,48	0,23	0,20	0,20	0,20	12,66	0,55	12,18
Mar.	0,49	0,31	0,19	0,20	0,20	11,78	0,55	11,38
Abr.	0,43	0,35	0,17	0,21	0,21	12,41	0,46	11,44
Maio	0,41	0,39	0,17	0,21	0,34	11,80	0,46	10,96
Jun.	0,40	0,38	0,17	0,22	0,43	11,03	0,48	11,43
Jul.	0,39	0,36	0,17	0,25	0,33	12,97	0,53	11,55
Ago.	0,39	0,42	0,19	0,26	0,26	12,32	0,61	11,88
Set.	0,38	0,47	0,20	0,24	0,16	14,95	0,60	11,44
Out.	0,36	0,44	0,20	0,21	0,13	14,25	0,57	11,77
Nov.	0,37	0,39	0,21	0,19	0,17	15,73	0,59	12,12
Dez.	0,37	0,36	0,22	0,18	0,20	17,20	0,60	12,09
Jan.-94	0,38	0,31	0,23	0,20	0,24	14,53	0,58	11,95
Fev.	0,42	0,27	0,20	0,21	0,36	14,40	0,64	12,96
Mar.	0,43	0,28	0,18	0,23	0,36	14,49	0,63	12,11
Abr.	0,44	0,26	0,16	0,23	0,46	13,73	0,67	12,42
Maio	0,46	0,28	0,16	0,24	0,39	15,44	0,87	12,29
Jun.	0,43	0,29	0,17	0,25	0,28	16,23	0,98	12,24
Jul.	0,41	0,31	0,17	0,26	0,31	14,68	1,38	11,61

Brasil — índices corrigidos





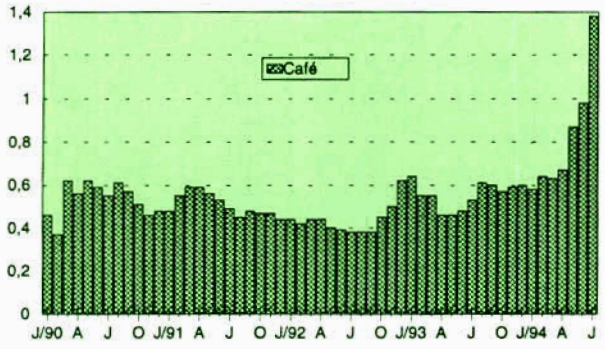
Algodão. Apesar da redução das colheitas verificadas nos últimos anos, os preços da fibra se mantiveram bastante estáveis.

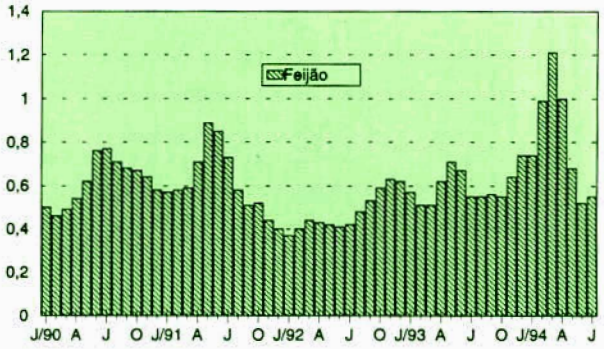
Arroz. Safra abundante e importações têm contribuído para a estabilidade dos preços do arroz, após o desastre da safra de 1991.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores (em R$ de julho de 1994)

Anos/Produtos	Feijão	Fumo em folha	Laranja	Milho	Mandioca (raiz)	Soja	Tomate	Trigo (grão)
1990	0,62	1,37	2,86	0,14	41,43	0,17	0,37	0,13
1991	0,61	1,43	2,20	0,15	49,62	0,21	0,32	0,13
1992	0,48	1,98	2,16	0,13	56,09	0,21	0,30	0,16
1993	0,60	1,77	1,71	0,14	55,65	0,21	0,28	0,15
Jan.-93	0,57	1,83	1,77	0,16	64,79	0,23	0,25	0,16
Fev.	0,51	1,87	2,15	0,14	64,86	0,22	0,33	0,16
Mar.	0,51	1,79	2,01	0,12	64,60	0,20	0,31	0,16
Abr.	0,62	1,84	1,84	0,12	64,07	0,19	0,38	0,15
Maio	0,71	1,80	1,71	0,12	58,15	0,18	0,30	0,15
Jun.	0,67	1,78	1,41	0,12	57,27	0,19	0,37	0,15
Jul.	0,55	1,80	1,27	0,12	54,03	0,22	0,29	0,15
Ago.	0,55	1,69	1,36	0,14	46,31	0,23	0,24	0,15
Set.	0,56	1,67	1,46	0,14	47,04	0,21	0,19	0,14
Out.	0,55	1,70	1,48	0,14	49,10	0,21	0,20	0,13
Nov.	0,64	1,69	1,90	0,15	48,59	0,22	0,22	0,13
Dez.	0,74	1,80	2,20	0,16	49,03	0,23	0,32	0,13
Jan.-94	0,74	1,59	2,66	0,15	48,10	0,22	0,39	0,13
Fev.	0,99	1,58	2,73	0,12	52,84	0,22	0,33	0,12
Mar.	1,21	1,52	2,42	0,11	44,50	0,20	0,33	0,11
Abr.	1,00	1,48	2,29	0,11	36,97	0,18	0,29	0,11
Maio	0,68	1,59	1,88	0,11	31,78	0,19	0,23	0,12
Jun.	0,52	1,61	1,81	0,11	30,52	0,20	0,18	0,12
Jul.	0,55	1,51	1,88	0,11	28,00	0,17	0,20	0,12

Brasil — índices corrigidos





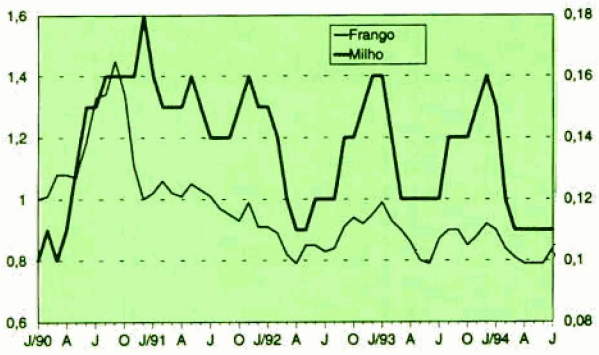
Café. Após longo período de preços reduzidos, a geada de julho provocou violenta recuperação dos preços.

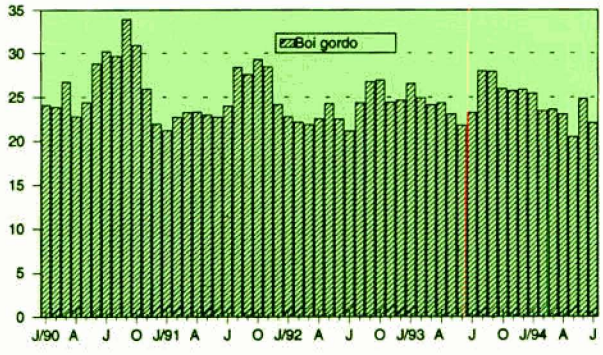
Feijão. Depois do susto do início do ano, quando a quebra da safra de Irecê fazia prever escassez da leguminosa, os bons resultados registrados em outras regiões provocaram retração dos preços.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores (em R$ de julho de 1994)

Anos/Produtos	Cebola	Mamona	Pimenta-do-reino	Sisal	Uva	Bezerro (até 1 ano)	Boi gordo p/ corte	Vaca leiteira de raça
1990	0,54	0,20	0,96	0,14	0,26	132,22	26,94	648,65
1991	0,32	0,16	0,79	0,14	0,23	117,12	24,83	523,08
1992	0,34	0,18	0,65	0,13	0,19	106,74	23,69	447,67
1993	0,34	0,20	0,70	0,14	0,16	115,04	25,11	477,77
Jan.-93	0,42	0,15	0,65	0,16	0,48	119,45	26,52	470,01
Fev.	0,40	0,16	0,67	0,15	0,39	121,48	24,88	479,73
Mar.	0,44	0,16	0,60	0,14	0,36	119,35	24,12	463,35
Abr.	0,50	0,17	0,52	0,15	0,37	120,50	24,34	461,46
Maio	0,53	0,20	0,55	0,14	0,37	117,00	23,04	478,70
Jun.	0,49	0,26	0,58	0,15	0,00	110,40	21,79	476,93
Jul.	0,36	0,23	0,66	0,14	0,00	107,37	23,22	469,03
Ago.	0,37	0,21	0,64	0,12	0,00	113,16	27,98	487,33
Set.	0,24	0,21	0,91	0,12	0,00	116,80	27,91	491,17
Out.	0,13	0,24	0,91	0,12	0,00	110,95	25,92	489,16
Nov.	0,15	0,21	1,00	0,14	0,00	112,50	25,70	487,62
Dez.	0,11	0,19	0,75	0,14	0,00	111,56	25,85	478,71
Jan.-94	0,13	0,20	0,72	0,14	0,29	115,45	25,42	482,42
Fev.	0,25	0,21	0,67	0,15	0,26	115,06	23,42	466,71
Mar.	0,28	0,24	0,71	0,19	0,23	116,73	23,59	461,19
Abr.	0,24	0,24	1,06	0,19	0,23	117,81	23,06	475,13
Maio	0,29	0,22	1,27	0,19	0,00	118,81	20,48	510,05
Jun.	0,23	0,20	0,94	0,15	0,00	131,21	24,81	569,86
Jul.	0,29	0,17	1,23	0,14	0,00	131,00	22,08	584,00

Brasil — índices corrigidos





Frango e milho. A estreita relação entre a fonte de proteína e seu principal insumo aparece no paralelismo das respectivas flutuações de preço.

Boi gordo. Ao longo dos últimos três anos, os preços têm-se mantido, na maior parte do tempo, dentro da faixa dos R$20/25. Note-se que em 1993 os preços, após acentuada subida entre maio e agosto, entraram em trajetória declinante em plena entressafra.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores (em R$ de julho de 1994)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum	Suíno para corte	Frango/ galinha corte	Leite	Lã	Ovos	Mel de abelha	Boi magro
1990	398,01	16,10	1,17	0,27	24,09	0,72	2,71	247,62
1991	327,05	15,41	1,00	0,26	14,22	0,63	3,17	214,08
1992	279,18	13,35	0,87	0,24	22,53	0,62	2,05	199,34
1993	297,20	14,91	0,88	0,25	18,72	0,69	2,13	208,97
Jan.-93	295,58	16,80	0,99	0,20	25,86	0,62	1,95	217,75
Fev.	301,00	16,24	0,93	0,22	23,49	0,72	2,02	218,09
Mar.	294,26	14,94	0,90	0,23	21,62	0,80	1,94	209,33
Abr.	291,90	14,18	0,86	0,26	19,53	0,81	1,92	204,53
Maio	294,98	13,67	0,80	0,28	16,88	0,75	2,07	198,23
Jun.	288,20	14,39	0,79	0,28	15,05	0,78	2,10	191,50
Jul.	283,57	14,87	0,87	0,29	14,99	0,74	2,22	194,00
Ago.	302,06	14,67	0,90	0,28	17,85	0,71	2,34	210,23
Set.	305,45	14,56	0,90	0,26	18,26	0,64	2,30	221,24
Out.	302,49	14,10	0,85	0,24	16,75	0,58	2,20	217,00
Nov.	305,47	14,55	0,88	0,23	17,37	0,54	2,27	209,53
Dez.	301,46	16,01	0,92	0,22	16,91	0,57	2,21	216,24
Jan.-94	303,03	14,10	0,90	0,21	19,00	0,58	2,10	212,52
Fev.	298,82	12,72	0,84	0,20	17,69	0,60	1,94	207,28
Mar.	293,27	12,66	0,81	0,19	18,15	0,63	1,97	212,92
Abr.	293,51	11,55	0,79	0,20	19,32	0,64	2,00	215,15
Maio	318,43	11,48	0,79	0,22	20,12	0,64	2,18	201,51
Jun.	343,51	12,74	0,79	0,21	20,45	0,65	2,33	228,06
Jul.	350,00	13,04	0,84	0,23	22,14	0,73	2,45	228,00

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos de Preços - IBRE - FGV e Centro de Estudos Agrícolas - IBRE - FGV.

Nota sobre o real e o uso de séries temporais longas

Uma nova moeda não se constitui em novidade para os brasileiros, haja vista a sucessão de cruzeiros, cruzeiros novos, cruzeiros, cruzados, cruzados novos, cruzeiros, cruzeiros reais, para não falar no mil réis...

A cada mudança de moeda surgem questões quanto à metodologia de índices de preços, contratos etc., mas ao lado de tais temas aparecem problemas de ordem prática, que, apesar de merecerem menos atenção, podem vir a ter implicações na análise de séries temporais longas, permitindo interpretações divergentes das informações.

Até a introdução do Real, as mudanças de moeda envolveram, em vários casos, o corte de três zeros e, em outros casos, apenas uma mudança do nome da moeda. Desta vez, a mudança de moeda não traz nenhuma complicação: os preços nominais refletem, normalmente, a perda de poder aquisitivo da moeda e a aplicação de índices de preços permite a sua redução a um poder aquisitivo constante. Possibilita-se, assim, a visualização dos movimentos de preços decorrentes das mudanças nas condições de mercado.

Nos casos em que a mudança de padrão monetário envolve o corte de três zeros, o exame de séries longas de preços envolve uma providência intuitiva: a cada corte de três zeros, antes de se aplicar o índice que corrige os preços (transformando-os em valores avaliados em moeda constante) é preciso dividir os preços na moeda antiga por mil.

Agora, com a introdução do Real, coloca-se um problema um pouco mais complexo, uma vez que a conversão se deu a uma taxa de R$1=CR$2.750 — após um período em que um indexador diário, a URV, foi aplicado de modo a isolar os efeitos da inflação em cruzeiros reais sobre a nova moeda. Não teria sentido econômico dividir os preços passados, em cruzeiros reais, por aqueles CR$ 2.750. O mais indicado, neste caso, é trazer a série para preços de junho de 1994, e só depois disso, a partir de julho, fazer a transformação para reais.

Contudo, levando-se em consideração que os preços recebidos pelos agricultores que servem de base para o cálculo do IPR (e do IPP, no caso de preços de insumos) calculado pelo CEA/IBRE/FGV são coletados no dia 15 de cada mês, considera-se que o procedimento mais adequado seja corrigir toda a série (de janeiro de 1970 até junho de 1994) para cruzeiros reais de jun. 1994 transformando-a em uma série a preços constantes em moeda antiga (cruzeiros reais de jun. 1994), e transformá-la em reais usando-se a URV de 15-6-94. A partir de então, os preços na nova moeda poderiam ser tratados pelos métodos convencionais de deflacionamento, levando-se em consideração as eventuais variações de poder aquisitivo da nova moeda, o Real.

Evidentemente, quando se empregarem índices com outros períodos de referência, usar-se-á a URV do dia de referência do índice utilizado (ou a URV média do período de referência do indexador aplicado, na hipótese de séries construídas a partir de médias mensais de preços).

O que se deseja com esta nota é propor um método padrão de conversão que evite confusões decorrentes de diferenças nas séries obtidas através do uso de métodos alternativos na correção dos preços.

Sugere-se, ainda, que os diversos institutos que trabalham com preços agrícolas se consultem quanto à possibilidade de adoção de procedimentos homogêneos.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Dispomos da série de preços médios (para o Brasil), já corrigidos segundo a sistemática proposta, que poderá ser adquirida pelos interessados, ao preço de R$30,00 (trinta reais) diretamente junto ao CEA/IBRE/FGV.

LEGISLAÇÃO

No início de agosto foram anunciadas as medidas de apoio ao plantio da safra de verão 1994/95.

Em termos de valor, tanto o VBC quanto os preços mínimos se mantiveram, no geral, nos patamares vigentes na safra passada. Foi dado incentivo à lavoura de algodão (um aumento de 10% nos ágios dos preços mínimos em relação ao que o mercado estiver praticando em dezembro de 1994) como forma de recuperar a produtividade reduzida nas últimas duas safras. A soja voltou à pauta de preços mínimos, com deságio de 5%, equivalente ao do milho para os estados de Mato Grosso, Tocantins e Rondônia.

Contudo, a alteração na composição do Conselho Monetário Nacional e os entraves burocráticos impediram que as medidas se tornassem operacionais com a presteza desejável.

A seguir se publicam os valores do Valor Básico de Custeio para os principais produtos e dos Preços Mínimos divulgados pelo Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e aprovados na reunião de 24 de agosto do CMN.

Preços mínimos de garantia (safra de verão 1994/95)

Produtos	Tipo básico	Unidade	A vigorar em	Preço básico	
				Em R$/kg	R$/unidade
Algodão em caroço	t 6, fibra 30/32	15 kg	fev. 95	0,368580	5,52
Arroz em casca-irrigado	t 2, 53-57	50 kg	fev. 95	0,200592	10,02
Arroz em casca-sequeiro					
Sul, Sudeste, Centro-Oeste (MT), NE		60 kg	fev. 95	0,147537	8,85
MT e TO		60 kg	fev. 95	0,142373	8,54
Norte (TO)		60 kg	fev. 95	0,134450	8,06
Cera de carnaúba		15 kg	nov. 94	1,111926	16,67
Feijão-cores	t 4	60 kg	nov. 94	0,375008	22,50
Feijão preto	t 4	60 kg	nov. 94	0,375008	22,50
Juta e malva embonecada	t 2	kg	fev. 95	0,371589	0,37
Mandioca-raiz	único	t	jan. 95	0,025507	25,50
Milho					
Sul, Sudeste, Centro-Oeste, BA-sul	t 2	60 kg	ago. 94	0,105334	6,32
MT e TO	t 2	60 kg	ago. 94	0,100000	6,00
Rondônia	t 2	60 kg	ago. 94	0,094834	5,69
Sisal bruto	único	kg	fev. 95	0,231008	0,23
Soja					
Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT)	único	60 kg	fev. 95	0,135667	8,14
MT, PA e TO	único	60 kg	fev. 95	0,128834	7,73
RO e AC	único	60 kg	fev. 95	0,122000	7,32
Uva	comum	kg	fev. 95	0,130008	0,13

Valores de financiamento (safra de verão 1994/95)

Produtos	Tipo básico	Unidade	Início de operação	Preço básico proposto	
				Em R$/kg	R$/unidade
Alho curado	t 4 especial	kg		0,903930	0,90
Amendoim em casca	comum	25 kg	ago. 94	0,245062	6,12
Batata-semente certificada	classe B	30 kg	jan. 95	0,401747	12,05
Castanha de caju	único	kg	ago. 94	0,401747	0,40
Mamona em baga	único	60 kg	jan. 95	0,213183	12,79
Semente de juta e malva	único	kg	jun. 95	0,883765	0,88
Sorgo (Sudeste, Centro-Oeste e Bahia-sul)	único	60 kg	fev. 95	0,078340	4,43

Fonte: Conab/Dipla/Depag/Divag.

Valor básico de custeio (safra de verão 1994/95)

Produtos e áreas de abrangência	Faixas de produtividade (Kg/ha) de	até	VBC R$ 1/ha (Em 1-7-94)
Algodão herbáceo			
Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Bahia-zona 1	–	1.200	321,21
	1.201	1.600	410,65
	1.601	2.000	509,32
	2.001	2.400	548,36
Amendoim			
Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Bahia-zona 1	1.000	1.400	168,11
	1.401	2.300	318,28
	acima de	2.300	393,38
Arroz irrigado			
Irrigação mecânica – sistema diesel Sul e Sudeste	3.000	3.600	427,09
	3.601	4.500	479,50
	4.501	5.500	548,65
Centro-Oeste e Norte	3.000	3.500	448,45
	3.501	4.000	503,48
	4.001	5.000	576,08
Irrigação mecânica – sistema elétrico Sul e Sudeste	3.000	3.600	388,54
	3.601	4.500	434,18
	4.501	5.500	493,70
Centro-Oeste e Norte	3.000	3.500	407,97
	3.501	4.000	455,88
	4.001	5.000	518,38
Irrigação mecânica Nordeste e vale do Jequitinhonha (MG)	3.000	3.500	371,87
	3.501	4.000	418,68
	4.001	5.000	483,65
Irrigação natural Sul e Sudeste	3.000	3.600	346,51
	3.601	4.500	387,81
	4.501	5.500	440,67
Centro-Oeste e Norte	3.000	3.500	363,83
	3.501	4.000	407,21
	4.001	5.000	462,70
Nordeste e vale do Jequitinhonha (MG)	3.000	3.500	246,67
	3.501	4.000	293,48
	4.001	5.000	358,46
Arroz de sequeiro			
Todo o território nacional	–	1.200	112,96
	1.201	1.500	143,48
	1.501	2.000	185,33
Áreas de toco	–	1.200	67,78
Todo o território nacional	12.001	15.000	86,09
Batata-semente			
Todo o território nacional	10.000	12.000	2.371,93
	12.001	15.000	2.782,57
	15.001	18.000	3.117,13
	acima de	18.000	3.175,91
Castanha de caju			
Todo o território nacional	–	400	89,14
	acima de	400	146,45

Produtos e áreas de abrangência	Faixas de produtividade (Kg/ha) de	até	VBC R$ 1/ha (Em 1-7-94)
Cera de carnaúba[1]			
Todo o território nacional			
Pó cerífero	única		8,31
Cera de origem	única		12,37
Feijão irrigado			
Todo o território nacional	–	400	81,97
	401	600	136,69
	601	1.000	189,49
Nordeste, Espírito Santo e vale do Jequitinhonha (MG)	1.200	1.600	285,78
	1.601	2.200	324,79
	acima de	2.200	387,86
Juta/malva			
Todo o território nacional	700	1.000	263,31
	1.001	1.300	299,26
	acima de	1.300	307,39
Mamona de 1 ano			
Todo o território nacional	–	1.000	93,32
	1.001	1.500	126,41
	1.500	2.000	167,71
	acima de	2.000	215,94
Mamona de 2 anos			
Todo o território nacional	–	800	69,90
	801	1.200	80,55
	acima de	1.200	97,41
Milho			
Todo o território nacional	–	900	59,75
	901	1.500	89,72
	1.501	2.500	169,19
	2.501	3.500	217,92
Sisal			
Todo o território nacional	400	800	115,76
	acima de	800	146,51
Soja			
Todo o território nacional	1.200	1.600	189,63
	1.601	2.200	231,43
Sorgo			
Todo o território nacional	1.000	1.500	64,60
	1.501	2.000	90,44
	2.001	2.500	116,28
	acima de	2.500	142,13
Uva comum			
Todo o território nacional	10.000	15.000	449,25
	15.001	20.000	845,74
	acima de	20.000	1.106,76
Uva vinífera			
Todo o território nacional	8.000	12.000	691,53
	12.001	16.000	1.006,41
	acima de	16.000	1.286,81

Fonte e elaboração: Conab/Dipla/Depag/Divag.

[1] Valores expressos em CR$/15kg.

As previsões do mercado se referem ao mês de setembro de 1994

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Agosto 1993	Julho 1994	1 a 19 agosto 1994	15 a 19 agosto 1994	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A		
Açúcar raw US¢/lb-peso	9,48	11,73	11,84	11,97		11,84					11,83		11,77		11,70		↗	Estimativas do Departamento de Agricultura dos EUA (Usda) indicam déficit na produção.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	55,78	71,22	69,93	68,42		69,93		69,08			70,40		71,22		71,94		↗	O Comitê Internacional do Algodão e o Usda projetam déficit na oferta.
Cacau Bahia US$/ tonelada	949	1.406	1.407	1.406	1.407			1.457			1.492		1.514		1.535		↗	Previsões indicam quebra na safra temporã da Bahia.
Café contrato com Nova Iorque US¢/lb-peso	74,59	216,81	191,76	185,25	191,76			196,17			200,34		201,49		202,28		↗	Primeira estimativa do Usda confirma quebra de 40% na safra brasileira.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova Iorque e Chicago.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

Mercado externo

Produtos / Preços	Média dos 1os futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Agosto 1993	Julho 1994	1 a 19 agosto 1994	15 a 19 agosto 1994	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A		
Milho two yellow US¢/ bushel	237,36	222,98	218,40	219,75	218,40			221,80			230,83		237,10		241,55		↘	**A** safra dos EUA deverá ser grande: cerca de 240 milhões de toneladas.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	671,32	604,01	584,55	590,75	570,22		565,07		570,57		580,03		586,47		590,28		↘	**As** chuvas de fins de agosto nas zonas de produção dos EUA vieram ratificar as estimativas de safra recorde.
Soja-farelo US$/ tonelada	215,12	180,93	174,97	176,14	173,61	172,49		172,77	173,41		174,95		176,28				↘	**A**pesar das previsões de que a demanda continuará forte, o farelo ficará sob pressão baixista do mercado do grão.
Trigo soft red US¢/ bushel	308,69	323,50	339,43	349,60	339,43			354,15			361,17		354,33		337,62		↗	**O** Conselho Internacional do Trigo reduziu de 120 para 118 milhões de toneladas a estimativa dos estoques mundiais.
Suco de laranja U$¢/lb-peso	118,71	92,09	94,97	93,89	94,97		98,38		101,72		105,47		108,41		110,39		→	**A**pesar da depressão deste mercado, a cotação não deve afastar-se muito do "limite psicológico" de US$1.

Preços de agosto de 1993 — corrigidos pelo IGP-DI para junho de 1994 e divididos pela média da URV de junho de 1994 — Reais
Preços de julho de 1994 — Reais
Preços de agosto de 1994 — Reais

Produtos / Preços	Agosto 1993	Julho 1994	1 a 19 agosto 1994	15 a 19 agosto 1994	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	21,66	22,16	21,80	21,73	→	Mercado bem abastecido. Produto importado tem prazos para pagamento mais dilatados que o nacional, atendendo à metade da demanda industrial.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	25,99	27,75	27,14	27,00	→	Entrada regular de produto importado estabiliza o mercado. Novas remessas de produto asiático estão sendo aguardadas.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	89,34	201,74	186,47	181,53	↗	Previsão de quebra da próxima safra brasileira em 40%, segundo o Usda.
Boi gordo R$/arroba	29,74	21,75	23,80	23,90	↘	Fim da entressafra.

Fonte dos dados brutos — algodão e café: BM&F; arroz, feijão, milho e soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo: IEA-SP e frango vivo: APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Produtos \ Preços	Agosto 1993	Julho 1994	1 a 19 agosto 1994	15 a 19 agosto 1994	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	37,44	42,53	37,07	34,90	→	Quadro de suprimento folgado.
Frango vivo R$/kg	0,69	0,58	0,58	0,58	↘	Fim da entressafra de carne bovina e farta produção de ovos.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	9,94	7,70	7,65	7,52	↗	Entressafra. Mas a tendência de alta é limitada, devido à oferta interna relativamente folgada.
Soja-grão industrial R$/60kg	14,64	12,47	11,38	11,06	↘	A divulgação de uma safra de mais de 62 milhões de toneladas nos EUA vem deprimindo o mercado, também preocupado com o câmbio.

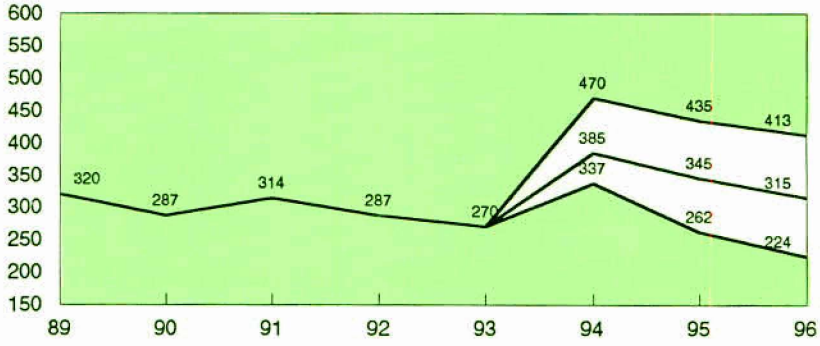
Projeções de preços internacionais em tempo de Real

Em uma economia aberta, os preços internacionais servem de balizamento para os preços internos, hoje, cada vez mais, alinhados em um regime de importações livres. As tendências de preços mostradas nesse conjunto de gráficos elucida alguns pontos importantes. Os gráficos, elaborados a partir das previsões do Banco Mundial, espelham as tendências de preços, inclusive com um intervalo de confiança de 70%.

Para os produtos de exportação, as tendências são de elevação de todos os três produtos: café, cacau e açúcar. Para esses produtos, há melhorias prospectivas de preços, felizmente.

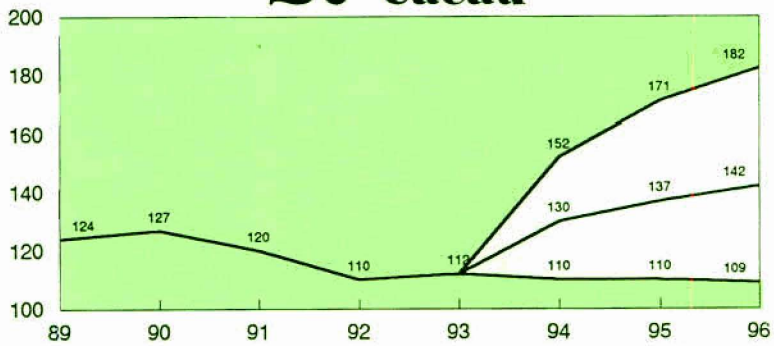
Para o complexo soja, as tendências são de queda de preços para o grão, farelo e óleo. Para o grão há uma tendência de aumento no fechamento da estação de comercialização de 1994, seguida de um ajuste a menor nos preços do produto. Para o farelo, as tendências são similares, com uma acomodação de preços em 1995 e 1996. Para o óleo, os preços se elevam muito nos anos de 1994 (fechamento da safra) e 1995. Depois os preços tenderão a cair. Com essas informações, os produtores que farão contratos de "Soja Verde" poderão verificar os riscos dos contratos.

1. Arroz



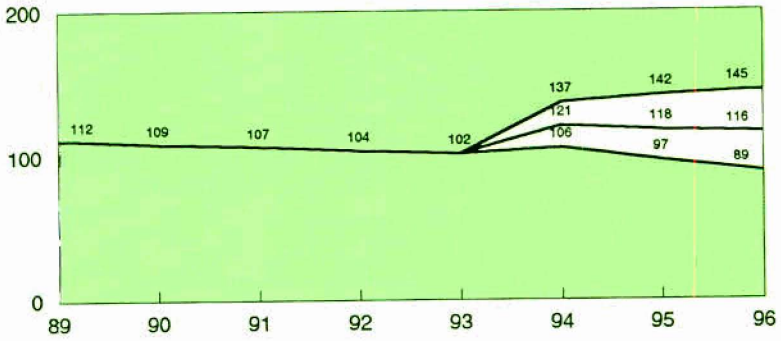
Notas: US$/t. Origem: Tailândia, branco, beneficiado, com 5% de quebrados, padrões do governo, FOB Bangcoc, preço de exportação do Conselho de Exportação (Board of Trade).

2. Cacau



Notas: preço médio diário (¢/kg). Nova Iorque e Londres, para os três próximos meses de comércio.

3. Milho



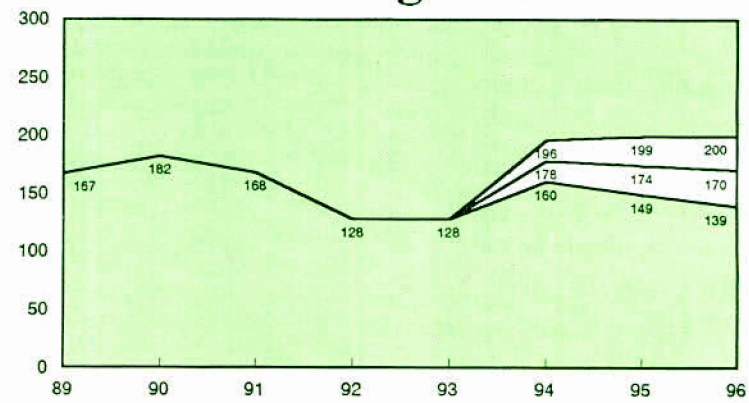
Notas: US$/t. Origem: Estados Unidos, nº 2, amarelo, FOB Golfo.

Para os produtos de importação, o panorama é de elevação para a carne bovina, de queda nos preços do arroz e de queda relativa do trigo (após um período de elevação de preços, desde 1991). No caso do milho, que em 1994 terá necessidades de importação mais reduzidas, em torno de 800 mil toneladas, os preços subirão a US$121,00, caindo para US$118,00 e US$116,00 no final do período de projeção. Os preços do algodão deverão sofrer um ajuste, passando de US$0,178 por kg, em 1994, para US$0,170 em 1996.

Assim, o final do ano de 1994 e todo o ano de 1995 deverão ser marcados por preços ainda elevados. Com esses preços, o Brasil deverá completar suas necessidades de abastecimento neste e no próximo ano. As projeções servem para balizar as decisões dos produtores em relação à contração de empréstimos para custeio, com base em contratos de entrega futura com preços fixos. As reduções de preços devem indicar que os produtores terão que flexibilizar suas posições e talvez assumir menores compromissos relativos com preços fixos, uma vez que os financiadores pretenderão receber os valores pactuados, e não o produto.

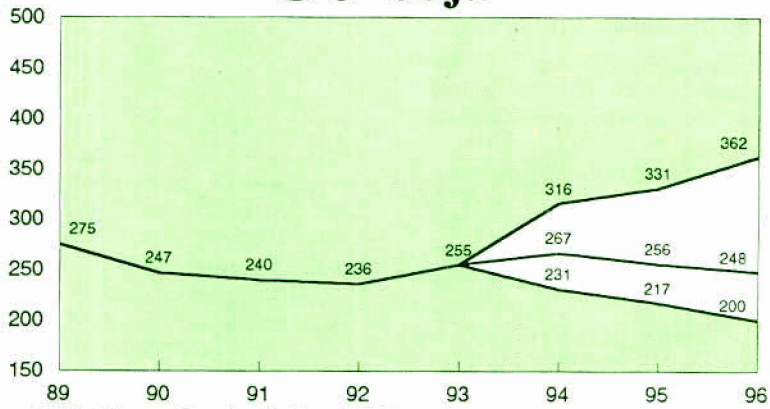
MAURO DE REZENDE LOPES

4. Algodão



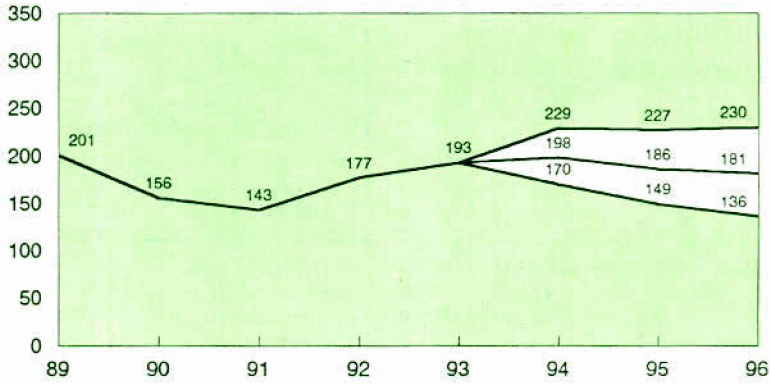
Notas: ¢/kg. *Outlook*, índice A, Middling (1-3/32"), CIF Europa.

5. Soja



Notas: US$/t. Origem: Estados Unidos, CIF Rotterdam.

6. Trigo



Notas: US$/t. Origem: Canadá, nº 1, Western Red Spring (CWRS), 13,5%, armazenado em Thunder Bay.

Fonte dos gráficos: Banco Mundial, mercados de commodities e os países em desenvolvimento. Junho de 1994.

Janela aberta

A questão do endividamento



PEDRO DE CAMARGO NETO

O crédito rural foi, no passado, o principal instrumento de política agrícola. Através dele induziram-se a incorporações de tecnologia e alongaram-se as fronteiras do desenvolvimento. O modelo de crédito, que no início não possuía correção monetária, foi um importante condicionante do atual setor agropecuário. Na contabilidade do passado, o benefício do subsídio ao crédito era compensado por políticas de controle de preços, elevada carga tributária, a discriminatória tributação nas exportações agropecuárias, restrições cambiais e a administração do comércio exterior.

Os subsídios falsearam a situação financeira de alguns cultivos, induziram a desperdícios de insumos e muitas vezes não foram internalizados pelo setor, vazando principalmente para fornecedores do produtor rural. A transição para um modelo de crédito não-subsidiado foi realizada de maneira intempestiva e sem os essenciais ajustes na estrutura tributária e de comércio exterior. Contou ainda com o infortúnio dos planos econômicos heterodoxos que, manipulando os mecanismos de indexação da economia, majoraram a dívida do produtor de maneira diferente e superior aos preços dos produtos.

Para os primeiros planos econômicos, o Congresso Nacional aprovou subsídio, absorvendo para um grupo de produtores esta manipulação. Nos planos Verão e Collor, esse diferencial entre ativo e passivo foi absorvido pelo produtor ou continua pendente de solução.

Durante 1990 e 1991, as entidades de produtores tentaram equacionar uma solução. Fracassaram. O governo nunca se interessou em participar, optando pela simples prorrogação. Recorreram à Procuradoria Geral da República também sem resultados. A questão foi sendo levada de uma maneira típica brasileira, totalmente desorganizada e com alto custo social. Os produtores que individualmente recorreram ao Judiciário foram obtendo vitórias, inclusive nos tribunais superiores.

Em 1993, o Congresso Nacional abraçou a questão. Através de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, foi analisada a política do setor de uma maneira geral e o crédito em particular. O Relatório da CPI caracterizou inúmeras irregularidades: cobranças indevidas nos planos Verão, Collor I e Collor II, práticas consideradas ilegais, como as operações *mata-mata*, a capitalização mensal de juros, *floats* de recursos e a não-prorrogação de dívidas dentro das regras contratadas do MCR (Manual de Crédito Rural), práticas consideradas irregulares como a sonegação de informações sobre o extrato dos débitos, a exigência de reciprocidade e casos de retaliação. Caracteriza também falhas nos instrumentos de política, como o Proagro, as importações, liberações de recursos fora de época e o não-cumprimento da Política de Garantia de Preços Mínimos.

Pouco caso, pouco conhecimento, pouco tempo ou pouca vontade impediram o Poder Executivo de reagir. A resposta foi sendo adiada e contou com o tumulto da aprovação de um decreto legislativo com interpretações contraditórias sobre sua redação e conteúdo.

Após o tumulto, o governo e a Comissão de Agricultura da Câmara Federal assinaram, no dia 8 de julho de 1994, um Memorando de Entendimento. Não era o desejado, porém, imaginava-se que iria iniciar a solução organizada do endividamento. Este documento gerou o Voto nº. 78 do Conselho Monetário Nacional aprovado *ad referendum* no dia 14 do mesmo mês e, este, a Resolução nº 2.080 do Banco Central. Surpreendentemente, o voto não cumpria o acordado após meses e meses de discussões e negociações.

Entre as soluções previstas no memorando, mínimas e como um primeiro passo, como foi declarado na ocasião, estavam ajustes nos empréstimos vencidos originalmente até 31 de dezembro de 1992, retirando-se juros acima de 1% ao mês, multas, taxas de mora e de inadimplência e ainda honorários advocatícios. De forma propositada, pois objeto de negociações, foi incluída a palavra "originalmente", pois há um imenso número de renegociações, recomposições e prorrogações de dívidas, inclusive os irregulares *mata-mata* que foram assinados nos últimos cinco anos nos quais estavam embutidas as taxas que agora deveriam estar sendo excluídas.

Não obstante isto, o voto exclui as renegociações de dívidas da revisão e, posteriormente, pela Resolução nº 2.080 do Banco Central, exclui também os financiamentos que meramente foram prorrogados, ou seja, o voto reduziu a abrangência do acordado pelo Memorando de Entendimento e a resolução restringiu ainda mais, tornando o resultado insignificante em seus efeitos.

Quanto à manipulação de índices do Plano Collor I, o memorando determinava a separação das conseqüências do diferencial de índices determinado por este, para que fosse encontrada uma solução para o mesmo até 15 de dezembro de 1994. No voto e na resolução, impõe-se uma cláusula em confissão de dívida na qual, não havendo solução até esta data, o diferencial será reincorporado à dívida, tornando-o plenamente exigível. Ora, isto torna-se uma armadilha aos produtores, pois parte deles já teve excluída esta parcela das contas por decisão judicial. Esta matéria já foi definida em várias decisões da instância máxima do Judiciário, sobre este tema, que é o Superior Tribunal de Justiça. Ao assinarem a confissão, estariam abrindo mão de um direito.

O resultado prático, até hoje, das centenas de reuniões que incluíram mesmo uma Comissão de Inquérito do Congresso Nacional limita-se unicamente a um atrativo para os bancos oferecerem aos produtores rebeldes que, desde o primeiro momento, vinham-se recusando a aceitar as cobranças e, na grande maioria, haviam procurado o Judiciário com cada dia maiores chances de sucesso. Para os produtores que, mostrando boa vontade, assinaram acordos intermediários, o Memorando de Entendimento tornou-se praticamente letra morta. As soluções para o endividamento continuam as mesmas de sempre: a esperança do Poder Judiciário, a venda de ativos e cessação de atividades, a rolagem das dívidas, sacando sobre o futuro.

Pedro de Camargo Neto é presidente da Sociedade Rural Brasileira e foi membro do Conselho Nacional de Política Agrícola e do Conselho Monetário Nacional.

Política e economia em primeira mão

Há 28 anos a mais confiável newsletter do país.
Notícias políticas e econômicas antecipadas com precisão e segurança.
Informação exclusiva com abordagem independente e total liberdade editorial.
Relatório Reservado. Você sempre sabe antes. Assine

CERTIFICADO DE RESERVA DE ASSINATURA

Relatório Reservado

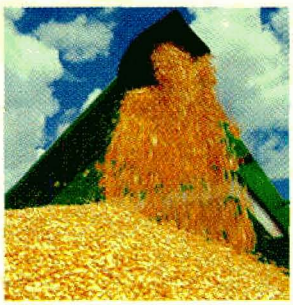
Desejo receber.....assinatura (s).
( ) Anual - R$ 161,00 ( ) Semestral - R$ 107,00
Nome.....
Endereço.....
Bairro.....Cep.....Fax.....
Cidade.....ES.....Tel.....
Data...../...../.....Assinatura.....

Envie o cupom preenchido com cheque nominal à Margem Editora e Gráfica Ltda. Se preferir, autorize o débito em seu cartão de crédito.
Nome do cartão:.....Val.....
Nº.....

Rio de Janeiro: Rua Barão do Flamengo, 22 - Gr. 601 - Cep 22220-080
Tel (021) 205-4295 / 205-6441 Fax (021) 205-6380
São Paulo: Rua Pinheiros, 20 - 4º andar - Cep 05422-000
Tel (011) 883-1704 Fax (011) 64-5998

Relatório Reservado

A notícia antes da notícia



Na cultura do milho – em mercados competitivos como os de hoje – tecnologia genética significa alta sanidade, resistência, estabilidade e qualidade superior de grãos. Significa ótima produtividade, segurança de resultado na boca da colheitadeira.

Tecnologia de resultado: este é o compromisso da Agroceres com o agricultor. A Agroceres foi pioneira em milho híbrido no Brasil. É a líder de mercado. É a empresa que mais lançou híbridos nos últimos anos: mais de 20 novos híbridos, adaptados a várias condições de produção.

Uma Nova Geração Agroceres, nascida de um trabalho sério e amplo em pesquisa genética: anualmente, por exemplo, a Agroceres vem testando cerca de 13.000 híbr dos; trabalhando mais de 80.000 plantas para desenvolver linhagens resistentes a doenças; e conduzindo cerca de 117.000 parcelas experimentais, em mais de 50 locais diferentes.

Há cerca de 50 anos a Agroceres desenvolve híbridos de milho especialmente voltados às condições tropicais e subtropicais de cultivo. Uma tecnologia diferenciada, atual, orientada para trazer segurança de resultados e melhor resposta aos investimentos do produtor.

Agroceres é mais milho!

TECNOLOGIA DE RESULTADO



É MAIS MILHO

AGROCERES®

TECNOLOGIA DE RESULTADO